



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Clínica – PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC

**O elefante na casa: Invisibilidade da pornografia no contexto do
abuso sexual cometido por adolescentes**

Bárbara Almeida de Espindola

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF
Dezembro, 2023



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Clínica – PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC

**O elefante na casa: Invisibilidade da pornografia no contexto do
abuso sexual cometido por adolescentes**

Mestranda: Bárbara Almeida de Espindola

Orientadora: Profa. Dra. Liana Fortunato Costa

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Psicologia. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura do Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília.

Brasília, DF
Dezembro, 2023.

“O elefante na casa: Invisibilidade da pornografia no contexto do abuso sexual cometido por adolescentes”

Banca Examinadora:

Presidente:

Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC/PCL/IP/UnB

Membros:

Prof. Dr. Fabio Iglesias
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC/PCL/IP/UnB

Prof.^a Dra. Amanda Pinheiro Said
Centro Universitário Euroamericano - Unieuro

Suplente:

Dra. Kárita Rachel Pedroso Bastos
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS - DF

Brasília – DF, 20 de dezembro de 2023

Agradecimentos

Essa pesquisa teve o significado de revelação. Não somente acerca da temática estudada, mas descortinou possibilidades antes escondidas atrás do medo e da insegurança. Eu só tenho a agradecer imensamente a cada um que participou desta jornada de descobertas.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Nelson e Márcia, por abrirem tantas portas ao longo do caminho, durante toda a minha vida. Antes eu não as via, pois não tinha as lentes necessárias para isto. Hoje eu consigo vê-las e atravessá-las. Obrigada pelo amor incondicional, pelo cuidado, pela força e apoio em minha caminhada. À minha irmã, Érika, que mesmo a 7 mil quilômetros de distância, consegue se fazer presente.

Agradeço ao meu marido, Bruno, por segurar a minha mão durante todo o processo. Por escolher me amar, por cuidar tão bem de mim, por tornar a minha vida mais leve e, fundamentalmente, por criar contextos favoráveis para a realização dos nossos sonhos.

À toda a minha família, que é pequena, mas presente. Que demonstra pelas ações o sentido de pertencimento, cuidado e amor. Obrigada pela compreensão, pelos momentos de descontração, pelas palavras de incentivo, pelas correções e revisões.

À minha orientadora de mestrado, Profa. Dra. Liana Fortunato Costa, a quem eu tanto admiro. É uma honra aprender com você. Me emociona a sua capacidade de ensinar com tanto amor e dedicação, a forma como você conseguiu enxergar claramente as minhas dificuldades e o manejo que teve para que eu pudesse superá-las. Esse é apenas o começo da nossa caminhada.

Às minhas amigas Bárbara Soares e Débora Torre, que sempre estiveram presentes me garantindo suporte emocional. Por testemunharem a minha evolução até aqui e por fazerem parte da minha grande transformação pessoal.

Agradeço à Amanda Regis, por todo o auxílio e por compartilhar comigo os desafios do mestrado. À Lidiane Gomes por fazer parte desta caminhada. À equipe multiprofissional do CEPAV Jasmim: Fernanda, Cássio, Denise Marreco, Denise Moreira, Neula, Juliana e Guaia;

por todo o acolhimento, carinho, paciência, e pelos ensinamentos sobre a intervenção psicossocial na prática. Agradeço também aos adolescentes participantes e famílias, por esticarem o meu universo.

À UnB e à banca de qualificação, Prof. Dr. Fabio Iglesias e Profa. Dra. Eliane Seidl, pelas valiosas contribuições. À turma da disciplina que ministrei, por me ensinarem até mais do que eu a vocês, por tornarem incrível a experiência do estágio em docência. À comissão examinadora desta dissertação, Prof^a. Dra. Amanda Said, Dra. Kárita Bastos, pelo trabalho incrível que desenvolvem dentro e fora da academia, citadas diversas vezes nas referências nesta pesquisa. E, novamente, ao Professor Doutor Fabio Iglesias, pela trajetória inspiradora e impecável em pesquisa.

Nada disto teria se concretizado sem o apoio de todos vocês. Me lembrarei eternamente e carinhosamente de cada um. Obrigada por fazerem parte da construção deste sonho, que agora se realizou.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
1 APRESENTAÇÃO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Revisão Narrativa 1	15
2.2 Revisão Narrativa 2	29
3 OBJETIVO	40
3.1 Objetivo Geral	40
3.2 Objetivos Específicos	40
4. MÉTODO	41
4.1 Delineamento da pesquisa	41
4.2 Contexto	41
4.3 Participantes	46
4.4 Instrumentos	48
4.5 Procedimentos da coleta das informações dos prontuários	52
4.6 Procedimento da coleta das informações da observação do grupo	53
4.7 Escolha do método de análise das informações	53
4.7 Procedimentos da Análise Temática Dedutiva dos Prontuários.....	55
4.8 Procedimentos da Análise Temática Indutiva das Observações	56
4.9 Cuidados éticos.....	58
5. RESULTADOS	59
5.1 Prontuários.....	59

5.2 Observação das Sessões	59
5.2.1 Sessão “Abuso sexual é um crime” do GM1 e do GM2 de 2023.....	59
5.2.2 Sessão “Sexualidade” GM1 e GM2 de 2023.....	60
6 DISCUSSÃO.....	62
6.1 Prontuários.....	62
6.2 As sessões grupais	68
6.2.1 As duas sessões “Abuso sexual é um crime” (GM1 e GM2).....	68
6.2.2 – As duas sessões “Sexualidade” (GM1 e GM2).....	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	87
ANEXO 1	105
ANEXO II	108
ANEXO III.....	112
ANEXO IV.....	115
ANEXO V	117

LISTA DE SIGLAS

ATR - Análise Temática Reflexiva

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEPAV – Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual,
Familiar e Doméstica

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COMPP – Centro de Orientação Médico Psicopedagógico

COVID-19 – *coronavirus disease* 2019 (doença por coronavírus 2019)

CREAS – Centros de Referência Especializado da Assistência Social

ERASOR – The Estimate of Risk of Adolescent Sexual Offense Recidivism

GEAMAs – Gerências de Atendimento em Meio Aberto

GTA – Grand Theft Auto

GM – Grupo Multifamiliar

HBO – Home Box Office

LA – Liberdade Assistida

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/
Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

SES/DF – Secretaria de Saúde do Distrito Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

Subsis – Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Adolescentes convocados para o 1º Grupo Multifamiliar de 2023 (GM1).....	47
Tabela 2 - Adolescentes convocados para o 2º Grupo Multifamiliar de 2023 (GM2).....	47
Tabela 3 - Conjunto dos familiares participantes de cada sessão do GM1	48
Tabela 4 - Conjunto dos familiares participantes de cada sessão do GM2	48
Tabela 5 - Planejamento das sessões do GM1 e GM2 de 2023.....	49
Tabela 6 - Etapas 2, 3, 4 e 5 da análise dedutiva dos prontuários.	59
Tabela 7 - Temas e Subtemas da Sessão “Abuso sexual é um crime” do GM1 e GM2	60
Tabela 8 - Temas e subtemas da sessão “Sexualidade” do GM1 e GM2.....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma do protocolo de atendimentos aos adolescentes ofensores sexuais no CEPAV Jasmim.....	43
--	----

RESUMO

O abuso sexual cometido por adolescentes é um recorte do fenômeno da violência ainda pouco estudado no Brasil, embora ocorra em território nacional e internacional. As pesquisas internacionais estão mais avançadas em mapear os facilitadores do contexto para o cometimento da violência sexual, e os estudos recentes demonstram incluir a pornografia neste cenário. Assim, identificou-se uma lacuna no entendimento do lugar que este elemento ocupa nas relações destes jovens com o desabrochar da sexualidade, e como é a configuração desta participação no circuito da violência. Trata-se de uma situação com muitas camadas de complexidade, envolvendo interações familiares e institucionais, vulnerabilidades sociais, polivitimizações, além de ser um assunto ainda considerado tabu em nossa sociedade. Para abranger as interrelações contextuais, utilizou-se como referencial teórico a epistemologia novo paradigmática, pelos pressupostos da complexidade, instabilidade e intersubjetividade. Portanto, tendo em vista a lacuna existente, tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório, cujo objetivo geral foi ampliar a compreensão acerca da associação entre o acesso a pornografia e o cometimento de ofensa sexual por adolescentes do gênero masculino. Para isso, adotou-se uma proposta qualitativa multimétodos, por meio da pesquisa-ação e pesquisa documental, cujos resultados foram analisados pelas ferramentas metodológicas da Análise Temática Reflexiva de Braun e Clarke. A pesquisa se deu em uma instituição pública de saúde, em um núcleo especializado no atendimento de violências no ano de 2023. Os participantes foram todos os 13 adolescentes convocados para o primeiro Grupo Multifamiliar (GM), e os 14 adolescentes do segundo GM. Os instrumentos utilizados fazem parte do protocolo de avaliação e ação adotados pela instituição. O primeiro instrumento foi o prontuário individual de cada adolescente participante, preenchido pela equipe na etapa de acolhimento e entrevista familiar. O segundo instrumento foi o GM, que é o método de intervenção multiprofissional com as famílias. As sessões de grupo discutidas neste estudo foram referentes às temáticas “Abuso sexual é um crime” e “Sexualidade”. Após a coleta das informações foi realizada a análise dedutiva dos prontuários, que resultou em três temas abrangentes e quatro subtemas. Esses resultados demonstraram a presença de polivitimizações individuais e familiares, a baixa supervisão parental e falta de pertencimento familiar, revelando o lugar invisibilizado da pornografia na vida destas famílias. Após, aplicou-se a análise indutiva de seis etapas, a fim de complementar as informações fornecidas pelos prontuários. Foram gerados quatro temas e quatro subtemas da sessão “Abuso sexual é um crime”, e quatro temas e três subtemas da sessão “Sexualidade”. Os resultados das sessões indicaram o sofrimento das famílias ao falar sobre sexualidade, a dificuldade em lidar com o tema, a negação como recurso de enfrentamento e o silenciamento do sofrimento dos adolescentes provocado pela masculinidade hegemônica. Dessa forma, esta pesquisa concluiu que a pornografia possui um lugar invisibilizado no contexto do abuso sexual cometido por adolescentes, além de ser um elemento facilitador para o cometimento da violência sexual e um recurso desadaptativo de enfrentamento ao sofrimento. Estes achados contribuem para a ampliação do conhecimento sobre o *como* a pornografia influencia a violência sexual, possibilitando a elaboração de novas intervenções nos contextos de proteção à criança e ao adolescente. As limitações referem-se ao tipo de pesquisa realizada em contexto de intervenção, no qual há menor possibilidade de escolha e aplicação de outros métodos, além das dificuldades advindas da pandemia do coronavírus, que ocasionou o acúmulo de casos e a sobrecarga física e emocional da equipe multiprofissional.

Palavras-chave: adolescente ofensor sexual; pornografia; abuso sexual; família; polivitimização.

ABSTRACT

Sexual abuse committed by adolescents is a part of the phenomenon of violence, which has received little attention in Brazil, despite occurring both nationally and internationally. International research is more advanced in mapping the contextual facilitators for committing sexual violence, and recent studies demonstrate that pornography is included among these facilitators. A gap in the literature was identified in the understanding of the role this element plays in the relationships of these young people with the development of their sexuality, and how pornography participates in the circuit of violence. This is a complex situation that involves different layers of family and institutional interactions, social vulnerabilities, polyvictimization, and a topic still considered a taboo in our society. To address most of the contextual interrelationships, the present study was guided by the new paradigmatic epistemology based on the assumptions of complexity, instability, and intersubjectivity. Therefore, considering the existing research gap, this is an exploratory study aimed at broadening the understanding of the association between the use of pornography and the commitment of sexual abuse by male adolescents, using a qualitative, multi-method approach. In order to do this, the methodological strategies used were action and documental research, and the results were analyzed using Braun and Clarke's Reflexive Thematic Analysis. This study was carried out at a public health institution, in a specialized center for handling cases of violence in 2023. The participants were all the thirteen individuals summoned for the first Multifamily Group (MG) and the fourteen of the second GM. The instruments used are part of the evaluation and action protocol adopted by the institution. The first was the records of participants' life stories, filled out by the multiprofessional team during the family interview stage. The second instrument was the MG, which is the multiprofessional method of intervention with the families. The group sessions discussed in this study concerned the topics "Sexual abuse is a crime" and "Sexuality". Following the data collection, a deductive analysis was conducted regarding the participants' life stories, resulting in three themes and four subthemes. These results demonstrated the presence of individual and family polyvictimization, low parental supervision, and a sense of not belonging, revealing the unseen place of pornography in the life of these families. Subsequently, a six-step inductive analysis was conducted to complement the information from the life records. Four themes and four subthemes were created from the "Sexual abuse is a crime" session, and four themes and three subthemes emerged from the "Sexuality" session. The results showed the suffering of families when talking about sexuality, the difficulty in dealing with the topic, the use of denial as a coping strategy, and the silencing of adolescents' suffering caused by hegemonic masculinity. Thus, this study concludes that pornography not only has an invisible place within the context of sexual abuse committed by adolescents, but is also a facilitating element for sexual violence and a maladaptive coping mechanism. These findings contribute to broadening the understanding of *how* pornography influences sexual violence, enabling the development of new interventions related to the protection of children and youth. Limitations include the type of study, carried out within an intervention setting in which the other methods might not be appropriate, as well as adversities arising from the coronavirus pandemic, which led to the accumulation of cases and the physical and emotional overload of the multiprofessional team.

Keywords: adolescent sexual offender; pornography; sexual abuse; family; polyvictimization.

1 APRESENTAÇÃO

O interesse pela temática da violência teve início na adolescência, com filmes, livros e séries de suspense, documentários sobre crimes reais e um sonho de nortear minha carreira para trabalhar diretamente com os autores de violência. Esse sonho tomou diferentes formas até a graduação, quando procurei na instituição onde estudava professoras que estudassem essa temática. No último estágio tive a oportunidade de atender vítimas de violência doméstica em grupo, mas de uma maneira inovadora, visto que a pandemia do coronavírus trouxe inúmeros desafios e um deles foi transformar o atendimento presencial em grupo, em encontros virtuais. Foi nessa época que fui apresentada à Teoria Sistêmica, pois o referencial teórico para o atendimento de vítimas em grupo tinha como base o Pensamento Sistêmico.

Conhecer essa nova epistemologia foi como vestir uma roupa perfeitamente ajustada, pois veio ao encontro da minha visão de mundo. Como estava no último semestre da graduação, senti que precisava aprofundar teoricamente nessa perspectiva e busquei disciplinas na Universidade de Brasília para cursar como aluna especial. Por sorte, simultaneamente ao último semestre da graduação, foi ofertada uma disciplina chamada Tópicos Especiais em Psicologia Conjugal e Familiar, que abriu as portas para a escrita do meu anteprojeto de pesquisa, pois a ementa tratava sobre as Teorias Sistêmicas. Foi nesse momento que pude conhecer a minha orientadora, que participou dessa matéria como professora convidada e ministrou uma aula riquíssima sobre pesquisa-ação. No semestre seguinte, a Professora Liana Fortunato Costa ofertou uma disciplina sobre adolescentes ofensores sexuais e foi o que eu precisava para ter certeza que esse era o caminho a trilhar. Como a minha experiência com violência, na prática, havia sido com as mulheres vítimas, pensei em seguir com esse tema no mestrado, até que tudo mudou.

Após entrar no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, minha orientadora oportunizou a aproximação ao campo de pesquisa para que eu pudesse ter uma

leitura mais aprofundada sobre o fenômeno, então comecei a participar das supervisões de casos no Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV). A princípio, participei das supervisões no CEPAV Margarida, que atende mulheres vítimas de violência doméstica, visto que até então o meu projeto de pesquisa estava voltado para esse público. Mas depois senti a necessidade de conhecer outros CEPAVs, então fui apresentada ao CEPAV Jasmim, que atende os adolescentes ofensores sexuais. Foi nesse momento que comecei a acompanhar os casos e notar a frequência do consumo de pornografia por esses jovens. Ao estudar a associação entre pornografia e ofensa sexual, chamou a atenção a quantidade de artigos publicados no exterior e a falta de publicações nacionais sobre o tema. Para identificar a lacuna existente nas pesquisas nacionais a respeito dessa temática, foi realizado um artigo de revisão narrativa com estudos nacionais e internacionais, apresentado neste projeto como referencial teórico. Esse manuscrito de artigo foi elaborado durante a disciplina Redação Científica, com a coautoria da minha orientadora e da Professora Doutora Eliane Seidl, e submetido à revista Nova Perspectiva Sistêmica. O texto já está publicado no Volume 76 de 2023.

A pesquisa em questão norteia-se pela epistemologia novo-paradigmática, visto que é preciso considerar o fenômeno da violência e o acesso à pornografia como um processo interrelacional, complexo, intersubjetivo e instável. Essa pesquisa busca contribuir para a construção de novas estratégias de compreensão acerca do fenômeno da violência sexual cometida por adolescentes, associada aos riscos da exposição na *internet* atualmente com a pornografia. O avanço da tecnologia traz à tona a urgência em pesquisar espaços pouco falados, mas muito acessados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Revisão Narrativa 1

Artigo publicado pela Revista Nova Perspectiva Sistêmica (B1)¹

Pornografia e a ofensa sexual cometida por adolescentes: uma revisão narrativa

Resumo: Esta revisão narrativa tem por objetivo ampliar a contribuição sobre a associação entre o consumo de pornografia e a ofensa sexual cometida por adolescentes. Após a revisão de artigos publicados sobre o assunto, dividiu-se o presente artigo em três eixos temáticos: (1) condições socioeconômica e familiar; (2) estímulo à iniciação sexual precoce; (3) estímulo à violência e à violência sexual em particular. Utilizou-se o referencial teórico do pensamento sistêmico novo-paradigmático para discutir os artigos identificados, visto que essa associação demanda uma concepção diferente do pensamento tradicional de causalidade, devido à complexidade das interações dos elementos contextuais. Observou-se maior produção científica a respeito do tema em estudos internacionais, apontando para a necessidade de novos estudos no contexto brasileiro. Concluiu-se que a associação entre consumo de pornografia e ofensa sexual por adolescentes ocorre a partir da interação entre determinadas características dos atores do contexto e fatores de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Adolescentes, ofensores sexuais, pornografia, sexualidade

Pornography and sexual offense committed by adolescents in Brazil: a narrative review

Abstract: This narrative review aims to expand the contribution on the association between pornography consumption and sexual offenses committed by adolescents. After reviewing previous published researches on the subject, the discussion was organized into three topics: (1) socioeconomic and family conditions; (2) encouragement of early sexual initiation; (3) encouragement of violence and sexual violence in particular. The theoretical framework of

¹ Espindola, B. A., Seidl, E. M. F., & Costa, L. F. (2023). Pornografia e a ofensa sexual cometida por adolescentes: uma revisão narrativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*. 76, 32-44.

the new-paradigmatic systemic thinking was used to discuss the articles in the method, since this association demands a different conception of the traditional thinking of causality, due to the complexity of the interactions of the contextual elements. The majority of scientific production on the subject was found in international studies, pointing out the necessity for further studies in the Brazilian context. It was concluded that the association between pornography consumption and sexual offense by adolescents occurs from the interaction between certain characteristics of the actors in the context and vulnerability factors.

Keywords: Adolescents, sexual offenders, pornography, sexuality

Pornografía y ofensas sexuales cometidas por adolescentes en Brasil: una revisión narrativa

Resumen: Esta revisión narrativa tiene como objetivo ampliar la contribución sobre la asociación entre el consumo de pornografía y el delito sexual cometido por adolescentes. Después de revisar los artículos publicados sobre el tema, se dividió en tres ejes temáticos: (1) condiciones socioeconómicas y familiares; (2) fomento de la iniciación sexual temprana; (3) fomento de la violencia y de la violencia sexual en particular. Se utilizó el referencial teórico del pensamiento sistémico del nuevo paradigma para discutir los artículos seleccionados, ya que esta asociación exige una concepción diferente del pensamiento tradicional de la causalidad, debido a la complejidad de las interacciones de los elementos contextuales. Hubo mayor producción científica sobre el tema en estudios internacionales, apuntando a la necesidad de más estudios en el contexto brasileño. Se concluyó que la asociación ocurre a partir de la interacción entre ciertas características de los actores en el contexto y factores de vulnerabilidad.

Palabras-clave: adolescentes, delincuentes sexuales, pornografía, sexualidad

Introdução

O consumo de conteúdos pornográficos atravessou transformações histórico-culturais com o avanço da tecnologia. A pornografia é parte integrante da sociedade e está presente desde a Antiguidade, representada principalmente na literatura erótica e nas esculturas gregas. No século XIX, passou a ser difundida clandestinamente na moda e na fotografia. A partir do início do século XX, mais especificamente na década de 1950, o acesso se tornou mais facilitado com o avanço do capitalismo e invenção da televisão e liberação promovida pela revolução sexual (Campos, 2006). Nos anos 1960, a revolução sexual possibilitou transformações sociais relevantes que influenciam até os dias atuais, tais como a descoberta da pílula anticoncepcional que permitiu às mulheres maior controle reprodutivo, o direito ao voto e ao trabalho feminino, além de impulsionar os debates feministas a respeito do conceito de pornografia e obscenidades (Pinheiro et al., 2022; Williams, 2012). Houve uma mudança radical na década seguinte, com a criação da *internet* nos anos 1990, quando ocorreu a popularização dos vídeos eróticos, consolidando o lugar da indústria pornográfica (Campos, 2006). A *internet* promoveu maior alcance e a invenção do *smartphone*, em 2007, com o lançamento do primeiro *iPhone*, possibilitou a visualização e compartilhamento de vídeos em alta qualidade, em qualquer lugar, pelo próprio aparelho por meio da conexão pela rede (Estêvão, 2015). Nos dias de hoje esse é um mercado cujos lucros ultrapassam a marca de bilhões de dólares (Rosen, 2022).

Na contemporaneidade, a facilidade de acesso a conteúdos pornográficos desenrola-se a partir de três aspectos principais: (1) do anonimato, pois a pessoa pode navegar em *sites* de pornografia sem se identificar; (2) da acessibilidade, já que o material está disponível na *internet* de forma irrestrita; e (3) da viabilidade econômica, na medida em que não é necessário dispendir uma grande quantidade de dinheiro para conseguir obter tais imagens e vídeos (Endrass et al., 2009). Uma pesquisa realizada pelo Quantas Pesquisas e Estudos de Mercado, encomendada pelo canal de TV a cabo *Sexy Hot* e divulgada pelo Portal de Notícias G1 (2018)

aponta dados sobre o consumo de pornografia no Brasil. Segundo a pesquisa, há 22 milhões de consumidores, destes 76% são homens e 24% mulheres, a maioria (58%) adultos jovens com menos de 35 anos.

Devido à facilidade de acesso, os adolescentes são expostos à pornografia cada vez mais cedo, podendo ocorrer de forma intencional ou não (Jhe et al., 2023). Os conteúdos chegam aos adolescentes muitas vezes antes de haver orientação da família, ou da escola, sobre educação sexual (Munk & Azul, 2022). Essa é uma realidade no Brasil, já que até os dias de hoje não há na legislação brasileira nenhuma lei específica sobre sexualidade ou educação sexual, tendo em vista os avanços e retrocessos das discussões sócio-políticas sobre os temas. A falta de legislação desencadeia receios nas instituições (escola, família, igrejas) ao abordar questões de sexualidade com crianças e adolescentes, sob a justificativa de evitar a promoção de uma “ideologia de gênero” (Cassiavilani & Albrecht, 2022). Ideologia de gênero é um termo utilizado pejorativamente por atores sociais políticos e religiosos que discursam a favor da supressão das diretrizes de gênero, feminismo e diversidades LGBTQIAPN+ nos planos educacionais. Tais grupos alegam que falar a respeito dessas questões nas escolas ameaça a infância e a estrutura da família brasileira tradicional (Borges & Borges, 2018). Esse é um cenário desfavorável à criação de medidas públicas de proteção e prevenção à violência, no qual os jovens se veem desamparados legal e socialmente, além de desprovidos de informações adequadas.

Assim, sem espaço nas relações em comunidade para esclarecimento de dúvidas e construção de maior conhecimento sobre sexualidade/funcionamento biológico dos órgãos sexuais/intimidade/relação sexual consentida, os jovens acabam por buscar tais respostas na *internet*. Estudos nacionais e internacionais (Alves & Perez, 2021; Bercht, 2021; Guggisberg, 2020; Merlyn et al., 2020; Santos et al., 2021) demonstram que o primeiro contato com a

pornografia ocorre em média aos 11 anos de idade, seja por meio de jogos de videogame ou por conteúdo explícito em *sites* especializados.

Um dos maiores *sites* de conteúdo especializado do mundo, o *PornHub*, realizou um compilado de dados acerca do acesso realizado por maiores de 18 anos ao redor do mundo no ano de 2022 (PornHub Insights, 2022), que revelou características específicas de cada país. Segundo as informações divulgadas, o Brasil está em décimo lugar (dos vinte países listados) no acesso diário, sendo 39% o público feminino e 61% o masculino, 87% dos acessos são feitos por celular, com a duração de 9 minutos e 30 segundos, em média. Em relação aos demais países, os Estados Unidos aparecem em primeiro lugar em tráfego diário, e em segundo lugar, o Reino Unido. Destaca-se a diferença cultural nos termos de busca, a diferença de acesso por gênero, as categorias mais procuradas e o tempo de acesso, que variam de acordo com cada país. Embora este seja um compilado com dados de maiores de 18 anos, pesquisas demonstram que os adolescentes constituem o maior público consumidor deste site (Munk & Azul, 2022). Assim, é necessário considerar características contextuais, culturais e sociais para assimilar os impactos deste consumo por essa população.

A compreensão da associação entre consumo de pornografia, sexualidade, violência e adolescência demanda uma concepção diferente do pensamento tradicional de causalidade, devido à complexidade das interações dos elementos contextuais. Assim, o presente texto norteia-se pelos pressupostos apresentados por Esteves de Vasconcellos (2010), que considera o pensamento sistêmico como o novo paradigma da ciência, abandonando construtos como simplicidade, estabilidade e objetividade para enfatizar a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. Nesse sentido, consideram-se os aspectos sócio-históricos e inter-relacionais e as condições de vulnerabilidade em uma leitura sistêmica, de modo que o cometimento de violência sexual não se apresente associado apenas à vítima, ou ao adolescente que praticou a

agressão, ou diretamente ao consumo de pornografia, mas inscrito em um sistema complexo de interações.

Alguns conceitos da teoria sistêmica são fundamentais para a compreensão dos fenômenos abordados neste artigo. O conceito de sistema diz respeito à interação em rede de diferentes partes, que se conectam e se influenciam mutuamente. Essa influência mútua origina o conceito de circularidade, que diz respeito à inclusão do observador no sistema, das interações do indivíduo com a família, da família com o observador, da sociedade com a família, em um sistema aberto cujas ações repercutem retroativamente e as trocas acontecem na relação (Esteves de Vasconcellos, 2010; Said, 2021).

Esteves de Vasconcellos (2010) diferencia a circularidade de duas maneiras, sendo uma delas a causalidade circular retroativa, que se refere a um sistema autorregulador, no qual o resultado retorna ao início do processo retroativamente, cuja representação simbólica seria a de um círculo ou circuito fechado. Já a causalidade circular recursiva, ou recursividade, se diferencia por ser um processo mais complexo de interação, no qual o produto é simultaneamente o próprio produtor, como ocorre em um redemoinho ou espiral. Assim, entende-se esta associação a partir da lógica de causalidade circular recursiva, analisando a participação e configuração de determinadas características dos atores do contexto e questões de vulnerabilidade.

Ofensa Sexual Cometida por Adolescentes

A ofensa sexual cometida por adolescentes envolve uma grande complexidade (Borges & Costa, 2023) e é necessário considerar aspectos contextuais para compreender a sua ocorrência nesta fase do desenvolvimento humano. A Organização Mundial da Saúde (2002) conceitua ofensa sexual como qualquer tentativa de aproximação sexual por meio da coerção e são considerados adolescentes aqueles que possuem entre 12 e 18 anos de idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (*Lei n° 8.079*, 1990). Durante a adolescência ocorrem

mudanças físicas e psicológicas, há a formação da identidade, o desenvolvimento da sexualidade e o estabelecimento de limites, que são definidos em um ambiente de apoio e proteção (Tavares et al., 2021).

Embora seja uma fase do desenvolvimento humano, essa etapa não é vivenciada da mesma maneira por todos os jovens. Segundo Carreteiro (2020), existem assimetrias sociais que influenciam as formas de experimentação e vivência na adolescência, que caracterizam projetos sociais de futuro diferentes de acordo com o investimento afetivo e econômico pela família, sentimento de pertencimento e posição social. Fatores ambientais, sociais e familiares ocupam papéis centrais que podem atuar como facilitadores para o aumento do consumo de pornografia e para o ato ofensivo. Algumas características como a baixa vinculação familiar, os conflitos entre os membros da família, a experimentação da sexualidade, a carência financeira e a polivitimização são sinalizadas como fatores de risco para a ofensa sexual (Borges & Costa, 2023; Rivera et. al., 2016; Said, 2021).

Sobre a associação entre acesso à pornografia e abuso sexual cometido por adolescente, verifica-se a necessidade de ampliar tal compreensão em um contexto brasileiro visto que já há um avanço maior desse entendimento em publicações internacionais (Goulet & Tardif, 2018; Guggisberg, 2020). O presente artigo objetiva ampliar a contribuição sobre esta associação, a partir de uma revisão narrativa de literatura, a fim de sintetizar o que pesquisas têm apontado sobre o estado da arte do tema em foco.

Método

Para a elaboração deste texto foi realizada uma revisão narrativa, visto que esta modalidade de revisão da literatura possibilita uma busca de caráter amplo e auxilia a compreensão sobre eventuais associações entre os temas em tela (Gonçalves & Azambuja, 2021; Silva & Ponciano, 2022). Assim, é possível contribuir para a atualização concernente à

temática proposta, com o olhar voltado para o contexto, enfatizando a complexidade e a intersubjetividade inerentes ao fenômeno.

Os artigos privilegiados para a articulação teórica e/ou empírica foram acessados em diferentes fontes e bases de dados, bem como retirados de fichamentos já realizados pelas autoras que, após a leitura na íntegra, apresentassem aspectos como: a) artigos em inglês, espanhol ou português, que explicitassem alguma associação entre pornografia, adolescentes e violência sexual; b) artigos publicados na íntegra em um período de cinco anos, c) artigos sobre iniciação sexual precoce; d) artigos sobre o contexto social/familiar de adolescentes ofensores. No total, 28 artigos corresponderam às especificações estabelecidas e foram incluídos na presente revisão. Após leitura deste montante, os conteúdos foram organizados em três eixos temáticos: (1) condições socioeconômica e familiar; (2) estímulo à iniciação sexual precoce; (3) estímulo à violência e à violência sexual em particular. Esta organização deveu-se, primeiramente, à orientação paradigmática do pensamento sistêmico que compreende o fenômeno contendo dimensões distintas e interconectadas – contexto, complexidade, intersubjetividade – (Esteves de Vasconcellos, 2010). E também ao conhecimento já estabelecido sobre a importância das relações familiares, da vulnerabilidade ambiental, da qualidade das relações entre os pares na eclosão da violência sexual cometida por adolescentes (Borges, 2022; Finkelhor et al., 2015; Goulet & Tardif, 2018; Seto & Lalumière, 2010).

Condições Familiar e Socioeconômica

É necessário compreender as motivações e significados da pornografia, uma vez que os adolescentes podem passar longos períodos dentro de casa, cujos laços familiares estejam invisibilizados ou fragilizados (Borges, 2022), tendo como fonte principal de distração os dispositivos tecnológicos. Observa-se em estudos (Bastos et al., 2021; Said, 2021; Tavares et al., 2021) a prevalência de vulnerabilidades no contexto de vida de muitos adolescentes - vitimizações e polivitimizações, baixa adesão escolar, baixo investimento afetivo familiar,

abandonos e rejeição parental – ainda que busquem criar estratégias de enfrentamento destas situações. Então, diante destas constatações, o uso de pornografia pode adquirir outro sentido.

Pesquisas nacionais e internacionais (Almeida et al., 2022; Baumel et al., 2019; Jhe et al., 2023) destacam o uso da pornografia para “suprir carência”, quando os indivíduos se sentem solitários, representando uma estratégia de enfrentamento desadaptativa a fim de reduzir o medo de abandono e rejeição ou para lidar com o estresse e ansiedade. Além disso, exposição à pornografia em ambientes familiares conflitivos, ou com pouca supervisão parental, pode elevar o consumo alcançando outros sentidos: um pedido de socorro frente ao sofrimento inerente, ou ainda uma interpretação equivocada de estimulação sexual.

A supervisão parental e a educação sexual podem contribuir para os filhos navegarem pela pornografia de forma mais segura, sabendo diferenciar conteúdos ofensivos, atuando como um fator de proteção contra os impactos negativos. A falta de supervisão parental, ou supervisão excessiva em ambientes familiares muito rígidos onde a sexualidade seja um tabu, bem como ambientes familiares cujas interações transgeracionais sejam negativas, podem atuar ampliando vulnerabilidades para a ofensa sexual e contribuem para o uso problemático de pornografia (Goulet & Tardif, 2018; Rivera et al., 2016).

Em famílias com pouco espaço para diálogo sobre sexualidade, a ofensa sexual pode ser interpretada pelos adolescentes e pela família como uma brincadeira sexual, contribuindo para manter o ocorrido em segredo e para a culpabilização da vítima (Borges & Costa, 2023). Segundo estes autores, essa conjuntura potencializa o risco de reincidência da violência, visto que a não nomeação do fato como ofensa sexual protege os adultos de assumirem a própria responsabilidade pela orientação e proteção dos menores. Na tentativa de prolongar a infância desses jovens, evitando diálogos sobre sexualidade, os pais aumentam a vulnerabilidade à vitimização e perpetração de violências. Da mesma forma, isolá-los em casa como castigo após a revelação da ofensa, ao invés de estabelecer acordos sobre saídas pela comunidade, promove

uma falsa proteção, podendo gerar nos jovens sentimentos de medo do abandono e constrangimentos.

Sem espaço para conversarem sobre essas questões no âmbito da família, e com medo de represálias, esses adolescentes podem recorrer à pornografia buscando informações quando a curiosidade sexual é despertada. Este item indica a necessidade de que a questão da associação entre pornografia e cometimento de violência sexual por adolescente seja focado e compreendido, considerando-se o contexto no qual ocorre. Além do apontamento da discriminação necessária dos contextos familiar, comunitário, escolar, e de outros ambientes nos quais o adolescente transite, existe o reconhecimento de que a violência sexual é um fenômeno da intersubjetividade (Costa, 2022; Esteves de Vasconcellos, 2010).

O Estímulo à Iniciação Sexual Precoce

O contato precoce com a pornografia pode substituir, com prejuízo, o diálogo entre família e escola (Alves & Perez, 2021). Os adolescentes, com a finalidade de suprir dúvidas e curiosidades sobre questões sexuais, voltam-se, principalmente, para o uso de aparelhos celulares (Santos et al., 2021). Um estudo brasileiro realizado por Bercht (2021) considera a pornografia como uma pedagogia da sexualidade entre os jovens, o que corrobora outros estudos que a concebem como fonte primária de aprendizado sobre sexualidade (Baumel et al., 2019; Merlyn et al., 2020), por meio da qual estes jovens conseguem distinguir suas preferências íntimas, utilizando-a como estímulo para excitação sexual.

Desta forma, o consumo de pornografia pode ter um sentido de descoberta no que se refere à orientação sexual e identidade de gênero, bem como pode possibilitar a sensação de maior confiança acerca da performance durante o ato sexual (Jhe et al., 2023). A masculinidade é uma das muitas expressões de gênero, e pode ser definida como um conjunto de ideias, valores e comportamentos, que são construídos culturalmente, e que definem para os homens o que se considera como sendo masculino (Rodriguez, 2019). Este aspecto traz à tona a necessidade da

discussão sobre a masculinidade hegemônica que também é um conceito construído socialmente impondo ao adolescente do gênero masculino uma presença social de força, virilidade, competição e uma expressão da sexualidade restrita à heterossexualidade. Considerando a adolescência como um período de experimentações, este aspecto de competência na atividade sexual assume um papel fundamental, pois pode representar uma tentativa de se obter segurança segundo este modelo, enquanto reafirmam sua masculinidade. O conceito de masculinidade é flexível, abarcando mudanças culturais, históricas e políticas, e considera-se o termo no plural (masculinidades), na medida em que é possível haver diferentes maneiras de ser homem em uma sociedade (Guerra et al., 2015). A construção das masculinidades como expressões de gênero ocorre através de uma pedagogia homossocial (Cardoso & Beiras, 2022; Semenzin & Bainotti, 2020), pela qual são compartilhadas crenças sobre o “universo masculino” em um processo de subjetivação (Zanello et al., 2022). Nesse processo, os adolescentes repetem os comportamentos aprendidos no meio social e na *internet*, em busca da aprovação e pertencimento entre os pares.

O conteúdo desses compartilhamentos na *web* com frequência contém aspectos misóginos, sexistas e violentos. O acesso prematuro a esse tipo de material reivindica a necessidade de um repertório comportamental e psicoemocional para a compreensão do que está sendo visto e/ou tratado. Muitas vezes, os adolescentes ou mesmo os pré-adolescentes, não possuem este repertório e podem reproduzir comportamentos sexualizados inadequados como forma de receberem atenção, trazendo prejuízos na compreensão dos limites do espaço intrapessoal. Estes aspectos são importantes porque podem trazer prejuízos ao aprendizado experiencial sobre o que é consentimento para uma intimidade e/ou contato sexual. Por outro lado, a exposição sexual mais tardia no período da adolescência possibilita maior desenvolvimento físico e psíquico, ampliando a compreensão da experiência sexual (Goulet & Tardif, 2018).

Sharpe e Mead (2021) ressaltam que o uso precoce da pornografia pode levar os adolescentes com menor idade a iniciarem a vida sexual antes de atingirem a maturidade sexual necessária, propiciando o cometimento de ofensa entre pares e intrafamiliares. Seto e Lalumière (2010) assinalam que os adolescentes ofensores sexuais vivenciam experiências sexuais mais precoces, seja assistindo atos sexuais de terceiros ou vendo pornografia. Finkelhor et al. (2015) destacam que assistir atos sexuais violentos pode ser compreendido como vitimização secundária. Quando isto ocorre, associado à baixa supervisão parental, é possível uma maior exposição a conteúdos violentos, que podem provocar uma dessensibilização à violência, aumentando o risco de novas vitimizações e perpetrações (Guggisberg, 2020; Mellor & Duff, 2019).

Estímulo à Violência e à Violência Sexual em Particular

Um estudo realizado por Alves e Perez (2021) apontou para a problemática de filmes de heróis e séries famosas estarem disponíveis em *sites* pornográficos, como o *PornHub*, a fim de burlar as políticas de direitos autorais. Assim, os adolescentes podem se deparar com conteúdo de extrema violência de forma não intencional. Outra forma comum de exposição à pornografia é através dos jogos de *videogame*, que frequentemente contém cenas de violência sexual. Alguns jogos, como o *Grand Theft Auto-V* (GTA) e outros, possibilitam a simulação de estupro e homicídio pelos avatares (Guggisberg, 2020; Mellor & Duff 2019). A compreensão dos impactos do contato com a pornografia e demais conteúdos com o protagonismo de violências é complexa. Um possível impacto psicossocial negativo do consumo frequente de pornografia é a propensão à adição, que leva os adolescentes a investirem cada vez mais tempo em tais atividades, levando-os ao uso problemático (Almeida et al., 2022; Mellor & Duff, 2019).

O conceito do uso problemático de pornografia é amplamente investigado em outros países (Cohen, 2023; Hanseder & Dantas, 2023; Mennig et al., 2023; Sharpe & Mead, 2021; Yang & Zhu, 2023), e diz respeito aos impactos negativos na vida pessoal, na saúde física e

mental, nos comportamentos e relacionamentos dos consumidores. Embora os impactos negativos não sejam extensivamente conceituados e nomeados como uso problemático de pornografia em estudos brasileiros, é possível apontar implicações como a violência sexual, dessensibilização progressiva para materiais chocantes, reprodução da erotização e comportamentos violentos (Baumel et al., 2019).

O consumo de pornografia na adolescência é apontado como uma questão de vulnerabilidade à violência sexual em estudos realizados na Austrália (Guggisberg, 2020), Reino Unido (Sharpe & Mead, 2021), Canadá (Goulet & Tardif, 2018; Seto & Lalumière, 2010), Colômbia (Rivera et al., 2016), Equador (Merlyn et al., 2020) e Brasil (Castro Alves & Firmo, 2020). Esses estudos alertam para a reprodução de comportamentos violentos aprendidos por meio de conteúdos pornográficos e para outras questões de vulnerabilidade associadas ao uso de pornografia, que podem influenciar o cometimento de ofensas sexuais, como vitimizações anteriores e questões contextuais (sociais, familiares, escolares). Segundo Guggisberg (2020), os adolescentes que consomem pornografia em maior frequência estão mais predispostos ao cometimento de ofensa sexual do que os que não acessam esse tipo de material *on-line*. A autora detalha que os adolescentes que fazem consumo frequente possuem duas vezes mais chances de admitirem coerção sexual ou força física para engajarem em relações sexuais, e considera a pornografia como um fator de risco para a agressão sexual.

Retoma-se aqui a posição teórica defendida neste texto de que o acesso à pornografia por adolescentes que cometem/cometeram abuso sexual traz a necessidade de um olhar que privilegie o contexto, a intersubjetividade e a complexidade do tema (Esteves de Vasconcellos, 2010). E esta posição se faz presente para a pesquisa, para a responsabilização do adolescente ou para a intervenção terapêutica individual/familiar. A compreensão prática destes três elementos traduz-se por: atenção às relações de interdependência entre os membros da família, na comunidade, nas amizades; na condição socioeconômica na qual o adolescente está inserido;

e na consideração da complexidade referente à vulnerabilidade social, ambiental e individual do adolescente (Borges & Costa, 2023; Tavares et al., 2021).

Considerações Finais

Embora muitos estudos (maioria em periódicos estrangeiros) apontem para a associação entre o consumo de pornografia e a ofensa sexual cometida por adolescentes, há consenso na literatura que a relação não é de causalidade direta, mas envolve uma grande complexidade de fatores. Perde-se de vista a dinâmica familiar e social quando se impõe a noção de causalidade nas relações do adolescente. É preciso que haja participação e configuração com determinadas características dos atores do contexto e fatores de vulnerabilidade como pobreza, abandono, ausência de autoridade parental, falta de recurso de apoio e desemprego, que exercem influência em uma lógica de causalidade circular recursiva, em um sistema de grande complexidade (Esteves de Vasconcellos, 2010).

Assim, é preciso pensar na adolescência como uma fase de desenvolvimento que envolve amadurecimento psicológico, físico e sexual, necessitando de proteção e orientação, de abertura ao diálogo sobre qualquer assunto. Este guarda-chuva de fatores protetivos precisa da participação do Estado, na formulação de leis que garantam a educação sexual de qualidade nas escolas. Diante da responsabilização devido a atos cometidos, deve haver prioridade para programas de atendimento aos ofensores e a suas famílias em oposição à aplicação de medidas de internação (privilégio da punição). É dever do Estado propor ações que auxiliem as famílias a regularem o acesso a conteúdo de extrema violência, sendo essa uma medida preventiva. É urgente que a capacitação profissional para o atendimento de adolescentes ofensores seja voltada ao sofrimento presente nas famílias, considerando todo o contexto, ao invés de utilizar diagnósticos psicológicos como respostas, reduzindo questões complexas a entendimentos simplificados e simplistas. Não é possível separar o sintoma do contexto sócio-histórico, visto que estão intimamente interligados.

O percurso entre o contato com a pornografia e a ofensa sexual é longo; possui diferentes significados e cabe à ciência compreender e investigar como esse fenômeno se constitui. É necessário ficar claro que associação entre acesso à pornografia e cometimento de abuso sexual por adolescente não tem um caráter de causalidade e inevitabilidade. Porém, urge que pesquisadores nacionais se voltem para este tema. Assim, este texto contribui para focar a discussão de um tema tão árido, desconhecido e evitado, revelando que há uma lacuna a ser preenchida dentro do tema de abuso sexual e desta associação.

As limitações deste artigo estão relacionadas à dificuldade de acesso a estudos internacionais recentes indexados em periódicos pagos e à escassez de literatura brasileira sobre o tema. Ademais, a sensibilidade da temática se deve ao envolvimento com questões sobre sexualidade que ainda são tabus na sociedade. Sugere-se, portanto, novos estudos que considerem uma leitura abrangente sobre adolescências, papéis familiares, questões socioeconômicas, culturais e históricas a respeito dessa temática.

2.2 Revisão Narrativa 2

As informações obtidas sobre o adolescente que comete ofensa sexual a partir do Grupo Multifamiliar (GM)

Resumo: As ações voltadas para o atendimento ao adolescente que comete ofensa sexual intrafamiliar ainda são pouco estudadas no contexto brasileiro, resultando em uma literatura escassa sobre o tema. Esta revisão narrativa de literatura tem como objetivo sintetizar as contribuições das publicações existentes sobre a utilização do método do Grupo Multifamiliar (GM), no atendimento dos adolescentes ofensores sexuais, na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Com base na leitura de doze artigos na íntegra, organizou-se os resultados e discussão em dois tópicos: (1) Tópico 1 - As Principais contribuições do Grupo Multifamiliar no atendimento aos adolescentes ofensores sexuais e (2) Tópico 2 - Estudos mais recentes sobre o GM nesse contexto. A discussão focou conteúdos que ofereceram

seguimento aos da Revisão 1: as relações familiares do adolescente que comete ofensa sexual; a dimensão da transgeracionalidade presente nas ofensas sexuais dos adolescentes; o duplo papel de vítima e perpetrador da violência sexual do adolescente; a necessidade de se reconhecer a polivitimização destes adolescentes; as diferentes características dos adolescentes que cometem ofensa sexual na fase inicial e tardia da adolescência. O tema da pornografia aparece apenas tangenciado, confirmando a importância de ser tratado como um aspecto fundamental a ser melhor conhecido.

Palavras-chave: Grupo Multifamiliar; adolescente ofensor sexual; violência sexual intrafamiliar; pornografia.

Abstract: The efforts to address the issue of adolescents who commits sexual offense are still not extensively explored in Brazil, resulting in a limited literature on the subject. This review aims to summarize the findings from existing publications that discuss the use of the Multifamily Group (MG) approach in caring for these adolescents within the Health Department of the Federal District. After analyzing twelve articles, the results and discussion were organized into two topics; (1) Topic 1 - The main contributions of the Multifamily Group in addressing adolescent sexual offenders, and (2) Topic 2 - Recent studies on the GM in this context. The discussions primarily revolved around themes derived from Review 1 such as examining the family dynamics and transgenerationality among these adolescents' offenses, recognizing their role as both victims and perpetrators, understanding polyvictimization experienced by these individuals and acknowledging how sexual offense behavior varies between early and late stages of adolescence. Pornography appears tangentially in this study, confirming the importance of treating it as a fundamental aspect to be better understood.

Keywords: Multifamily Group (GM); adolescent sexual offender; intrafamily sexual violence; pornography.

Introdução

A temática da violência apresenta constante interesse nas mídias sociais. No entanto, embora sejam divulgados diariamente casos de violência sexual intrafamiliar, pouco se aborda sobre os adolescentes que ofendem sexualmente. A dificuldade em falar sobre estes sujeitos se estende à pesquisa científica, visto que também há pouco interesse em estudar esse público, resultando em uma literatura nacional escassa sobre o tema. Tendo em vista esse cenário, foi realizada uma revisão de literatura das publicações existentes sobre o método do Grupo Multifamiliar (GM) na perspectiva do projeto de pesquisa-ação – Grupo Multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais. Primeiramente este projeto – número 331/09 – foi aprovado em 5 de outubro de 2009, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal (SES/DF). No ano de 2019 (4 de abril) foi aprovado, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, um segundo projeto de pesquisa-ação para acomodar outros recortes temáticos e metodológicos, necessários e emergentes, em função da continuidade do oferecimento do GM na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Assim, pretende-se sintetizar as várias contribuições que este projeto já ofereceu, bem como abrir espaço para a inserção de um novo tema relacionado com o abuso sexual de crianças e adolescentes, que é o acesso destes adolescentes à pornografia. Esta questão, embora não se constitua como uma temática preponderante nas publicações da Revisão 2, muito recentemente já se mostra como um aspecto que não pode ser ignorado e necessita ser aprofundado. Portanto, essa revisão narrativa de literatura tem como objetivo sintetizar as contribuições das publicações existentes sobre a utilização do método do Grupo Multifamiliar (GM), no atendimento dos adolescentes ofensores sexuais, na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Espera-se ter, ao final das duas revisões, um quadro mais abrangente dos temas principais e subsidiários que devem tangenciar todo oferecimento de ações interventivas com este público.

Pressupostos teóricos e metodológicos do GM

Os adolescentes que cometeram abuso sexual são atendidos em um contexto ambulatorial na área da saúde, com a perspectiva do cuidado e um olhar diferenciado que compreende a necessidade de se reestabelecer a proteção. As famílias dos adolescentes apresentam um sofrimento extremo diante da revelação do abuso sexual e carecem de um lugar onde possam se reorganizar para o enfrentamento à situação. O método utilizado para atender esse público é o GM, que se fundamenta nos pressupostos da Terapia Familiar, Psicologia Comunitária, de Redes Sociais e do Sociodrama, em uma ação psicossocial (Costa, 2011).

Por meio desta intervenção psicossocial objetiva-se evitar a reincidência da violência, possibilitar o diálogo entre a família e o adolescente, contribuir para o fortalecimento das competências familiares, promover psicoeducação sobre o processo de responsabilização, estratégias de enfrentamento e fatores de proteção (Bastos & Costa, 2020; Tavares & Montenegro, 2019). O procedimento das sessões, com base no referencial do Psicodrama, é composto por aquecimento, dramatização e compartilhamento. As temáticas e intervenções de cada encontro são definidas pela equipe institucional, cumprindo as diretrizes propostas pelo Manual do Grupo Multifamiliar (Costa et al, 2009; Costa et al., 2015).

A sessão tem início com o aquecimento, tendo a presença de todos os profissionais da equipe, adolescentes e familiares, para introduzir a temática da sessão. Após essa etapa, é feita a divisão em subgrupos de acordo com a faixa etária (crianças, adolescentes e adultos). Cada subgrupo fica em uma sala separada com uma atividade relacionada à questão temática discutida no dia. Por último, todos os participantes voltam a se reunir em um grupo com todos os presentes, ocorrendo, então, o compartilhamento das atividades que foram realizadas separadamente, e encerrando com um ritual de finalização (Costa et al., 2015).

Método

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura (Rother, 2007) elaborada com o objetivo de complementar o referencial teórico desta dissertação e construir um quadro teórico mais consistente sobre o adolescente que comete ofensa sexual. Foram utilizadas as palavras-chave e os operadores booleanos dispostos da seguinte forma: “Grupo Multifamiliar” AND “Adolescentes ofensores sexuais” na base de dados Google Scholar. Essa busca resultou em 55 publicações nacionais. O critério de inclusão para a revisão foi a presença das duas palavras-chave no resumo destes textos. Após aplicação do critério, foram selecionados e lidos 12 artigos na íntegra, que explicitassem o uso do GM no atendimento de adolescentes que cometeram abuso sexual, no contexto da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Antes da exposição dos resultados, faz-se necessário descrever de forma sumária os pressupostos teóricos e metodológicos do GM. Para a organização dos resultados, a discussão foi dividida em dois tópicos: (1) Tópico 1 - As Principais contribuições do Grupo Multifamiliar no atendimento aos adolescentes ofensores sexuais e (2) Tópico 2 - Estudos mais recentes sobre o GM nesse contexto.

Tópico 1 - As Principais contribuições do Grupo Multifamiliar no atendimento aos adolescentes ofensores sexuais

As primeiras publicações sobre o GM ocorreram em 2011, como resultado de uma pesquisa-ação realizada durante os anos de 2009 e 2010. Essa pesquisa intitulada “Grupo Multifamiliar com Adolescentes Ofensores Sexuais” foi executada no Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP) – Unidade de Saúde Mental Infanto-juvenil – que compõe a Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes no atendimento às vítimas e ofensores sexuais (Costa et al., 2011; Costa et al, 2012). Os resultados da pesquisa indicaram a efetividade da intervenção, visto que possibilitou um espaço de reflexão para os adolescentes e suas famílias, oportunizou a elaboração de um projeto de futuro e ampliou a criação de novos significados

para a situação vivida. Ademais, as contribuições do estudo guiaram a implementação desse método em órgãos públicos, com início da proposta no COMPP e posterior aplicação em outros contextos de saúde.

Desta pesquisa foram elaboradas outras publicações com recortes específicos, discutindo-se de forma mais aprofundada aspectos relevantes observados durante as sessões grupais. Costa (2011) enfocou o detalhamento dos aportes teóricos que sustentam o método, bem como apresentou os resultados da avaliação das sete famílias participantes. Esse estudo concluiu que houve mudanças nas relações familiares, mesmo em meio às dificuldades e sofrimento inerentes à discussão da temática. Verificou-se que o GM alcançou a dimensão da afetividade, aproximando os membros da família entre si, e diminuindo a punição, além de reduzir o sentimento de vergonha e isolamento, favorecendo o diálogo e a reaproximação comunitária.

Outro estudo (Costa et al., 2011) derivado desta primeira etapa da pesquisa destacou as narrativas dos adolescentes, analisando as cartas escritas por eles durante o processo grupal. Discutiui-se, primeiramente, a responsabilidade atribuída a eles pelo trabalho doméstico e cuidados com irmãos menores, a necessidade de receber apoio e proteção e as peculiaridades desta fase de desenvolvimento. Além disso, dessas cartas, foram identificados os sentimentos deles acerca da situação de abuso sexual, a relação com a instituição em que ocorreu a intervenção e os símbolos representativos da ambivalência dessa experiência

Por se tratar de uma pesquisa-ação, as profissionais e pesquisadoras integrantes da equipe participam ativamente de todas as etapas do processo e estão em constante interação com as histórias de sofrimento das famílias. O recorte do sofrimento profissional diante dessa demanda foi retratado no relato de pesquisa (Costa et al., 2012), que indicou as dificuldades enfrentadas no manejo das próprias emoções durante as intervenções e as estratégias de enfrentamento adotadas nesse cenário. Costa e Penso (2013) problematizaram a formação

profissional para o atendimento de adolescentes ofensores sexuais e enfatizaram a importância do aprofundamento teórico, treinamento técnico e desenvolvimento de habilidades para lidar com as especificidades desse contexto.

Ampliou-se também a dimensão individual com a história de vida de um adolescente participante na pesquisa-ação, com um estudo de caso realizado por Costa e Costa (2013), que analisou os dados coletados durante a etapa de entrevista semiestruturada. Observou-se, neste estudo, a situação de abandono vivenciada pelo adolescente durante a infância, que residiu em diferentes lugares desde os quatro anos de idade, cujas relações familiares foram marcadas pela violência. Nessa perspectiva, compreende-se a circularidade do fenômeno da violência, na qual o autor também sofreu polivitimizações e está inserido em um contexto de vulnerabilidade com rompimento de vínculos (Penso et al., 2019; Esteves de Vasconcellos, 2010; Finkelhor, 2015; Said, 2021).

A vinculação entre os adolescentes ofensores sexuais e suas mães foi estudada por Penso et al. (2013), e os achados corroboram com Costa et al. (2011), que identificaram o exercício de afazeres domésticos por eles em um lugar “coisificado”, utilitário, de cuidados com os irmãos e com a casa. Assim, esses jovens não são reconhecidos enquanto sujeitos que necessitam de cuidado e proteção, mas como função. As autoras pontuam que essa negligência afetiva não é uma mera culpabilização materna, tendo em vista questões transgeracionais de desamparos afetivos, sociais e materiais vivenciados por elas nas próprias histórias de vida.

Os aspectos transgeracionais da violência sexual foram indicados em Costa et al. (2015), cujos resultados foram organizados em dois núcleos. O primeiro núcleo refere-se às relações violentas entre os familiares e aspectos circunstanciais da violência. O segundo núcleo foca na relação entre adolescente, vítima e o contexto do abuso sexual. Notou-se que a família, ao mesmo tempo em que busca proteção a partir da denúncia e responsabilização, também

aumenta a incidência de violência e punição em relação ao adolescente. Resgata-se, portanto, a noção da condição simultânea de vitimização e autoria, apontada em Costa e Costa (2013).

A dimensão transgeracional foi aprofundada por Costa et al. (2017), em continuidade desta pesquisa-ação, agora sendo executada em outra unidade de atendimento especializado em situações de violência sexual, também pertencente à SES/DF. Nesse estudo objetivou-se aprofundar o entendimento da situação de ofensa sexual cometida por adolescentes e estabelecer uma conexão com a repetição dos padrões de violência pelo estudo das dinâmicas familiares. Os resultados deste estudo confirmam os achados em Penso et al. (2013), visto que também identificaram a presença de mães autoritárias, pais ausentes e poucas vinculações afetivas. Além disso, as autoras sinalizaram a reprodução de violências no processo de transmissão geracional, trazendo dificuldades no desenvolvimento emocional dos familiares. Assim, os adolescentes perpetuam o circuito da violência a partir da reprodução dos padrões relacionais.

Tópico 2 - Estudos mais recentes sobre o GM nesse contexto

Um estudo quantitativo foi realizado por Borges e Costa (2020), por meio da análise de prontuários de 25 adolescentes atendidos nos anos de 2015 a 2017. Os dados obtidos caracterizaram os adolescentes, a violência sexual – proximidade de parentesco, e local onde ocorreu a vitimização. Concluiu-se que os casos citados foram caracterizados como violência sexual oportunista, maioria intrafamiliar, preponderantemente em ambiente familiar. Evidenciou-se um aspecto importante sobre a diminuição da idade no cometimento da ofensa sexual, visto que há uma dificuldade de nomeação da violência sexual por parte dos familiares e da comunidade por acreditar que se trata de uma brincadeira ou que faz parte do desenvolvimento da sexualidade. Esse estudo contribuiu para o olhar a esses adolescentes como indivíduos inscritos em um sistema de violência estrutural, muito além da organização familiar,

em que há falhas na garantia de direitos sociais básicos. Essa percepção colabora para a redução do estigma e julgamento social, que frequentemente os coloca em um lugar de monstruosidade.

O desenvolvimento da sexualidade no período da adolescência é um dos temas discutidos durante o GM. Tavares e Montenegro (2019) apresentaram um relato de experiência sobre uma intervenção grupal e pontuaram a dificuldade dos adolescentes em falar sobre essa temática. Na sessão sobre sexualidade, a intervenção no subgrupo dos adolescentes foi feita a partir de uma caixinha de perguntas: a equipe preparou perguntas e eles deveriam escolher algumas para sorteio e posterior discussão. As autoras identificaram que os adolescentes demoraram para elaborar questões, e depois relataram não quererem e não poderem falar sobre isso em frente aos pais, como acontece no encerramento do grupo, quando todas as famílias se reúnem no compartilhamento.

Silva et al. (2021), realizaram uma pesquisa exploratória e documental nos prontuários de 12 adolescentes atendidos, a fim de investigar o risco de reincidência sexual, utilizando um *checklist* de 25 fatores que avalia cinco categorias de risco (ERASOR 2.0 – versão portuguesa). Nesse artigo, as informações foram organizadas de acordo com fatores estressantes que potencializam ou não a reincidência da ofensa sexual. Destaca-se o item “interesses sexuais”, que indica o uso crônico e compulsivo de pornografia, o fácil acesso à pornografia por meio de amigos e parentes mais velhos em busca de aprender sobre sexualidade. As autoras alertam que o acesso à *deep web*, cujos domínios não são indexados por motores de busca, contendo vídeos/fotos de ofensa sexual contra crianças/adolescentes precisa ser depreendido por profissionais para melhor compreensão deste cenário desafiador. Esse estudo foi feito durante a pandemia do coronavírus, o que trouxe desafios para as pesquisadoras em relação ao acesso às informações e aplicação do instrumento.

Outro estudo documental de natureza qualitativa (Tavares et al., 2021) foi conduzido no Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar

e Doméstica – CEPAV Centro-Oeste. Os participantes foram cinco adolescentes, com idades entre 17 e 18 anos. Nessa pesquisa os dados entrelaçaram as dimensões jurídicas, os aspectos sociofamiliares e as vitimizações. As autoras assinalam, em consonância com os estudos anteriormente mencionados (Costa & Costa, 2013; Costa et al., 2015), o circuito da violência, em que ora o adolescente é vítima, ora é autor. Além disso, distinguiram diferentes cenários marcados por violências extremas como a tortura, feminicídio e vitimizações secundárias (adolescente presenciou a morte dos pais). Observou-se que a idade limítrofe dos adolescentes pode estar relacionada a um acúmulo de vitimizações (polivitimizações) e carece de políticas públicas específicas a esse público tendo em vista as discussões sobre redução da maioridade penal (Bastos et al., 2021).

Para finalizar o parâmetro traçado na Revisão 2, foi publicado recentemente um estudo de Borges e Costa (2023) sobre a transgeracionalidade de adolescentes que praticaram ofensa sexual. Esse estudo trata de um público com idades entre 16 e 17 anos, que também se encontram no mesmo ponto de iminência à maioridade penal. As histórias de vida desses adolescentes refletem um estado de estresse contínuo, marcado por repetições de violências entre as gerações, conflitos familiares e rompimentos afetivos. Portanto, as autoras consideram que o reconhecimento da transmissão geracional é parte fundamental no enfrentamento da violência, a fim de trabalhar a prevenção e a interrupção da violência sexual.

Essa breve contextualização sobre as publicações que tiveram como foco o adolescente que comete ofensa sexual e que é atendido pelo método do GM, justifica-se pela necessidade de compreensão dos avanços e contribuições até aqui publicizadas, a fim de identificar lacunas para futuras pesquisas. A partir da leitura desses artigos foi possível perceber que a cada conhecimento obtido por meio de grupos atendidos, surgem novos aspectos sobre os quais ainda há muito desconhecimento. Avançar nesta empreitada constitui-se em enfrentamento de

desafios, como é o da ampliação do conhecimento de questões relacionadas ao consumo de pornografia.

Considerações Finais

Esta revisão apresentou uma síntese das contribuições que o GM, proposto por meio do Centro de Prevenção e Atenção à Violência (CEPAV), vem oferecendo ao atendimento de adolescentes que cometem ofensa sexual. Importante assinalar que esta metodologia tem como pressuposto que o adolescente deve ser atendido prioritariamente em família (Fishman, 1989). Os temas que esta revisão identificou e trouxe avanços para o atendimento destes sujeitos foram: as relações familiares do adolescente que comete ofensa sexual; a dimensão da transgeracionalidade presente nas ofensas sexuais dos adolescentes; o duplo papel de vítima e perpetrador da violência sexual do adolescente; a necessidade de se reconhecer a polivitimização destes adolescentes; as diferentes características dos adolescentes que cometem ofensa sexual na fase inicial e na tardia da adolescência. Merece destaque as dificuldades apontadas na abordagem do tema da sexualidade, por se tratar de um aspecto que os adolescentes não se sentem à vontade para conversarem frente aos pais (Domingues & Costa, 2016). E, finalmente, o tema da pornografia, que surgiu recentemente, apenas tangenciado, confirmando a importância de ser tratado como um aspecto fundamental a ser melhor conhecido.

3 OBJETIVO

3.1 Objetivo Geral

Ampliar a compreensão acerca da associação entre o acesso de pornografia e o cometimento de ofensa sexual por adolescentes do sexo masculino.

3.2 Objetivos Específicos

a) Investigar o contexto de vulnerabilidade e proteção de adolescentes que cometeram abuso sexual e que estão passando por atendimento em saúde.

b) Estabelecer os significados, para os adolescentes, do consumo de pornografia no contexto de abuso sexual.

c) Relacionar o abuso sexual cometido por adolescentes e o consumo de pornografia.

4. MÉTODO

4.1 Delineamento da pesquisa

Este estudo objetivou compreender o contexto de vida dos adolescentes ofensores sexuais e o consumo de pornografia. Esse é um grupo vulnerável e apresenta um sofrimento decorrente de interações complexas, pois está inserido em contextos sociais marcados por dificuldades socioeconômicas, preconceito e polivitimizações (Costa & Lordello, 2021). Assim, para aprofundar a compreensão das diversas dimensões que se interrelacionam, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela inserção do pesquisador no cenário natural, com a finalidade de obter informações detalhadas sobre os participantes a partir da interação, observação participante e coleta de dados nos documentos, compondo um panorama mais abrangente do fenômeno (Creswell & Creswell, 2021). Utilizou-se, também, a pesquisa documental, que permite maior aproximação do pesquisador com o campo de investigação e é constituída por diferentes etapas para a seleção do material: caracterização, codificação, registros, categorização e análise (Kripka et al., 2015). Tendo em vista a escassez de pesquisas nacionais sobre a lacuna identificada, trata-se de estudo exploratório, pois este desenho metodológico permite maior liberdade na escolha de procedimentos para a aproximação do problema investigado (Gil, 2008).

4.2 Contexto

O contexto local. A pesquisa foi conduzida em uma unidade de saúde pública do Distrito Federal (DF), em um dos Centros de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV), CEPAV Jasmim (Região Central - Plano Piloto), instituído pela Portaria nº 942, de 18 de novembro de 2019. O CEPAV é responsável pelo atendimento especializado às pessoas em situação de violência e dispõe de suporte multiprofissional. A equipe do CEPAV Jasmim é composta por duas assistentes sociais,

um psicólogo, quatro psicólogas e um psiquiatra. Conta com a participação de uma aluna de mestrado, autora desta pesquisa, e uma professora de pós-graduação da Universidade de Brasília, orientadora deste estudo. As ações são multidisciplinares, com o foco na prevenção da violência, promoção de saúde, reintegração social e familiar, acompanhamento psiquiátrico e articulação em rede para o fortalecimento social e comunitário. Os serviços são acessíveis à comunidade por meio de encaminhamentos pela Rede Intrasetorial (Unidades de Saúde), pela Rede Intersetorial (Conselho Tutelar, Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, Polícia Militar, Polícia Civil, Órgãos do Judiciário) ou por demanda espontânea.

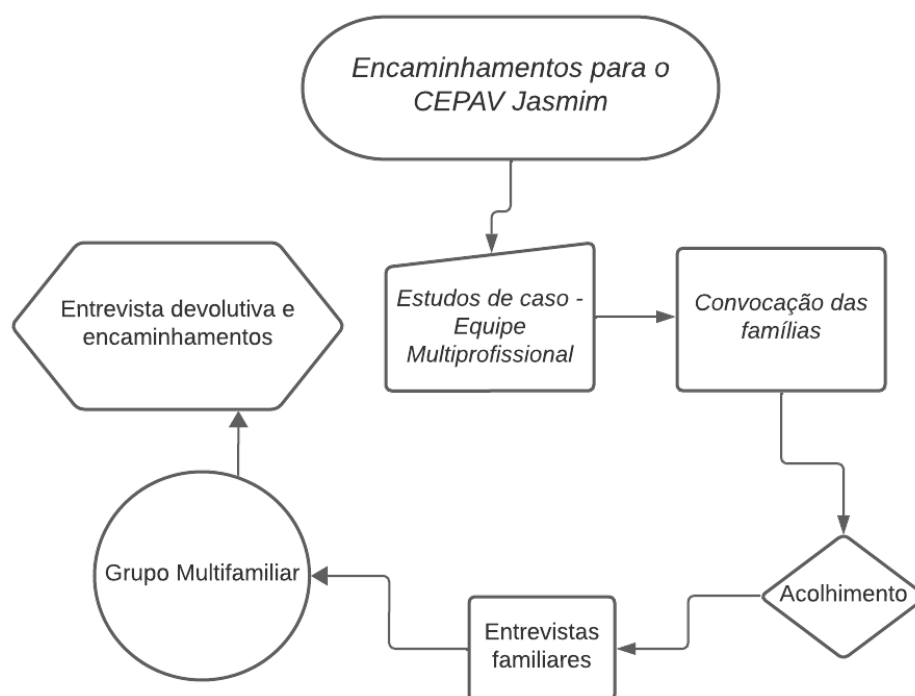
Os adolescentes que cometem ato infracional são atendidos pelo Sistema Socioeducativo, através da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – SUBSIS, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Os tipos de medida socioeducativa são: Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) compõem a maioria do público atendido no CEPAV Jasmim, visto que as medidas de Semiliberdade e Internação exigem a presença de autoridades policiais durante o acompanhamento no contexto de saúde, o que é um dificultador para os atendimentos e as intervenções. Eles são encaminhados pelas unidades de meio aberto chamadas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs), pertencentes à Secretaria de Justiça do Distrito Federal, as quais possuem equipes compostas por profissionais de diferentes áreas (saúde, educação, assistência social) que exercem a função de socioeducadores. As GEAMAs estão localizadas em quinze regiões administrativas do Distrito Federal (Plano Piloto, Brazlândia, Ceilândia I – Norte, Ceilândia II – Sul, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga) e oferecem serviços com o enfoque na socioproteção e ressocialização desses jovens. Para isso,

os profissionais avaliam, planejam e executam ações e atividades pedagógicas; identificam oportunidades de trabalho e cursos profissionalizantes; promovem orientação individual e familiar, realizam visitas domiciliares, registram os documentos e atendimentos em prontuários (Secretaria de Economia do Distrito Federal, 2021). Uma das articulações realizadas é o encaminhamento ao Grupo Multifamiliar que ocorre no CEPAV Jasmim, cuja participação, neste caso, é compulsória.

O contexto dos atendimentos.

Figura 1

Fluxograma do protocolo de atendimentos aos adolescentes ofensores sexuais no CEPAV Jasmim.



Os atendimentos no CEPAV Jasmim obedecem a um protocolo específico. Os encaminhamentos recebidos são estudados pela equipe profissional, em conjunto com os órgãos responsáveis, através de estudos de caso. Dessa forma é possível identificar as condições socioeconômicas, os vínculos familiares, o histórico de atendimentos prévios em outros serviços e são elaboradas estratégias para a convocação das famílias. As famílias são contatadas

por telefone ou mensagem no *WhatsApp*. Após chegarem ao serviço, os adolescentes são acolhidos por uma dupla de profissionais e posteriormente chamados para entrevistas psicossociais. Há a possibilidade, durante o acolhimento, de um momento só com o adolescente para perguntar sobre questões relativas à sexualidade e/ou aspectos da intimidade, haja vista a dificuldade em falar sobre estas temáticas na presença de familiares. Nesta fase do acolhimento e entrevista, as informações sociodemográficas e psicossociais são registradas em prontuário, com acréscimo do genograma familiar e da linha da vida. O genograma familiar (McGoldrick et al., 2012) é uma representação gráfica, através de símbolos, da composição familiar, que possibilita identificar as relações entre os membros, as características de cada indivíduo (idade e gênero) e os eventos importantes vividos pela família. A linha da vida é um recurso terapêutico utilizado para traçar um panorama dos eventos significativos ocorridos na vida do adolescente desde a infância até os dias atuais. Nos prontuários físicos são anexados documentos de encaminhamentos prévios e informações sobre atendimentos anteriores no Sistema Único de Saúde (SUS), que constam no sistema de gestão da informação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o *TrakCare*.

Após cada atendimento a equipe evolui o caso no prontuário, detalhando as intervenções realizadas e preenchendo novas informações. A etapa seguinte é composta pelo estudo, em equipe, dos casos atendidos durante uma supervisão com uma Professora Doutora da Universidade de Brasília, em um encontro de cinco horas. Nesse encontro são discutidas as dinâmicas familiares e os aspectos teóricos sobre o fenômeno da violência à luz da Teoria Sistêmica. A equipe registra em um livro as informações provenientes desse momento para a construção da intervenção psicossocial no Grupo Multifamiliar (Costa et al., 2015). O Grupo Multifamiliar (GM) é planejado em equipe antes de cada encontro. São cinco encontros no total, cada um com uma temática e intervenção específica, com duração de quatro a cinco horas. Após o último encontro, e um intervalo de aproximadamente um mês, são realizadas as entrevistas

devolutivas e indicados os encaminhamentos necessários às famílias para a rede ou demais instituições, além da elaboração de um relatório de comparecimento para os órgãos responsáveis.

O contexto da pandemia do coronavírus. Em dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre a existência de uma nova cepa de coronavírus e rapidamente, em março de 2020, a COVID-19 caracterizou-se como uma pandemia (OPAS, acessado em 04 de setembro). Esse cenário trouxe desafios mundiais sem precedentes, atingindo sobremaneira os serviços de saúde e os profissionais da área (Ribeiro et al., 2020). O momento pandêmico foi subdividido por Cosenza et al., (2021), em três fases: pré-crise, intra crise e pós-crise. A primeira fase refere-se ao reconhecimento da situação e orientação à população, instituindo as medidas de distanciamento social. A segunda fase caracterizou-se pela sobrecarga nos hospitais, alto índice de mortalidade, agravamento do sentimento de medo e necessidade de medidas preventivas mais restritas, estabelecendo o isolamento social e a regulamentação do atendimento on-line pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) através da Resolução nº 04/2020 (CFP, 2020). A terceira fase foi marcada pela flexibilização das medidas de afastamento e retomada de atividades presenciais.

Durante as fases iniciais, os serviços de saúde precisaram de adaptações para a continuidade dos atendimentos. O CEPAV Jasmim suspendeu as atividades presenciais, o que implicou em alterações no protocolo de atendimento e no método de intervenção. As famílias, inicialmente, foram acompanhadas individualmente pela modalidade *on-line*. Posteriormente, os casos mais graves foram atendidos presencialmente após a suspensão das medidas de isolamento, e foi instituído o atendimento grupal *on-line* apenas para o terceiro encontro (Abuso sexual é crime). A retomada completa das atividades ocorreu em fevereiro de 2023, com o primeiro GM presencial.

O retorno à rotina ocorreu gradualmente, no momento pós-crise. Primeiro a equipe se reuniu, em janeiro de 2023, para a discussão dos casos acumulados em função da demanda reprimida. Os prontuários foram acessados nos estudos de caso, durante as supervisões com a participação da pesquisadora e da orientadora desta pesquisa. Foi discutido em equipe as estratégias adotadas para a convocação das famílias e alocação em grupos ao longo do ano de 2023. Devido à grande quantidade de casos, optou-se por distribuir em três grupos de acordo com a gravidade da violência e condições de vulnerabilidade. Os casos foram divididos em três grupos seguindo a análise de quatro aspectos: (1) presença de rede de apoio para o adolescente e a família; (2) família e adolescente com fronteiras rompidas; (3) sentimento de pertencimento do adolescente em relação à família; (4) sintoma expresso como passagem ao ato. Os casos compreendidos como de menor gravidade foram selecionados para comporem o primeiro grupo presencial de 2023. Em seguida, as demais famílias foram convocadas para os grupos posteriores.

4.3 Participantes

Os participantes da pesquisa foram os adolescentes e as famílias atendidas no CEPAV Jasmim, no ano de 2023, convocados para o Grupo Multifamiliar. Foram incluídos os participantes do primeiro grupo (de março a maio) e o segundo grupo (de junho a agosto). Para identificação dos participantes do primeiro grupo foi utilizada a letra “A” (adolescente), seguindo a ordem numérica, acompanhada pela sigla GM (Grupo Multifamiliar) e o número 1, a fim de facilitar a visualização e preservar o sigilo (exemplo: A1GM1). Para o segundo grupo foi usada a mesma identificação, com a diferença do número 2 após a sigla GM (exemplo: A1GM2). Foram compostas quatro tabelas apontando os adolescentes participantes dos grupos 1 e 2 (Tabelas 1 e 2), e o conjunto dos familiares participantes dos grupos 1 e 2 (Tabelas 3 e 4).

A descrição do consumo de pornografia foi obtida através do relato dos profissionais que preencheram os prontuários de cada adolescente.

Tabela 1*Adolescentes convocados para o 1º Grupo Multifamiliar de 2023 (GM1)*

Adolescente	Idade	Vítima	Medida Socioeducativa	Pornografia
A1GM1	14	Irmã (5 anos)	LA	Consumo e produção
A2GM1	13	Vizinha (7anos)	LA	Não relatado
A3GM1	12	Primo (6 anos)	LA	Consumo frequente
A4GM1	15	Sobrinho (9 anos)	LA	Não relatado
A5GM1	16	Sobrinha do ex da mãe (9 anos)	LA	Exibição à vítima; espiou pessoas no banheiro da escola
A6GM1	16	Amiga da família (7 anos)	LA	Avô exibia a ele esses conteúdos
A7GM1	15	Sobrinho (8 anos)	LA	Não relatado
A8GM1	15	Afilhada da mãe (3 anos)	LA	Não relatado
A9GM1	13	Irmão (7 anos)	LA	Livre acesso à internet e masturbação constante
A10GM1	12	Primo (8 anos)	LA	Não relatado
A11GM1	13	Irmã (7 anos)	LA	Consumo e produção
A12GM1	15	Irmã (7 anos)	LA	Não relatado
A13GM1	16	Prima 3º Grau (7 anos)	LA	Consumo frequente

Nota. LA = Liberdade Assistida.

Tabela 2*Adolescentes convocados para o 2º Grupo Multifamiliar de 2023 (GM2)*

Adolescente	Idade	Vítima	Medida Socioeducativa	Pornografia
A1GM2	16	Irmã (12 anos)	LA	Não relatado
A2GM2	15	Sobrinha (5 anos)	LA	Consumo frequente
A3GM2	14	Prima (5 anos)	LA	Não relatado
A4GM2	15	Colega da escola (13 anos)	LA	Não relatado
A5MG2	15	Filho padrasto (8 anos)	LA	Exibição à vítima
A6GM2	16	Filho padrasto (11 anos)		Não relatado
A7GM2	13	Irmã (11 anos)	LA	Não relatado
A8GM2	12	Prima 3º grau (7 anos)	LA	Não relatado
A9GM2	15	Irmã (11 anos)	LA	Não relatado
A10GM2	15	Irmã (6 anos)	LA	Exibição à vítima
A11GM2	12	Colega da escola (11 anos)	LA	Viu foto íntima da vítima
A12GM2	16	Irmã (4 anos)	LA	Consumo
A13GM2	13	Irmã (10 anos)		Acesso pelo celular; exibição à vítima
A14GM2	16	Irmãos (12 e 8 anos) e enteados do pai (4 e 7 anos)		Não relatados

Tabela 3*Conjunto dos familiares participantes de cada sessão do GM1*

Sessão	Adolescentes	Familiares	Total
1 ^a	4 (A6GM1; A9GM1; A10GM1; A13GM1).	6 (Avó, irmão; mãe; mãe, pai; pai).	10
2 ^a	5 (A5GM1; A6GM1; A8GM1; A10GM1; A13GM1).	8 (pai; avó, irmão; mãe, pai; mãe, pai; pai).	13
3 ^a	4 (A6GM1; A8GM1; A10GM1; A13GM1).	7 (avó, irmão; pai, mãe; pai, mãe; pai)	11
4 ^a	3 (A6GM1; A10GM1; A13GM1)	5 (avó, mãe, irmão; mãe; pai)	8
5 ^a	3 (A6GM1; A8GM1; A10GM1)	4 (avó; mãe, pai; mãe)	7

Tabela 4*Conjunto dos familiares participantes de cada sessão do GM2*

Sessão	Adolescentes	Familiares	Total
1 ^a	9 (A1GM2; A2GM2; A3GM2; A7GM2; A8GM2; A9GM2; A10GM2; A11GM2; A11GM1*)	23 (mãe; mãe, pai; mãe, pai; mãe, pai, irmã, irmã; primo; mãe, irmã; mãe, pai, irmão, irmão, tia, tia; mãe, irmã; irmã; mãe, irmã.)	32
2 ^a	9 (A1GM2; A2GM2; A3GM2; A5GM2; A7GM2; A9GM2; A10GM2; A11GM2; A11GM1*)	19 (mãe, irmão bebê; pai; mãe; mãe; pai; mãe, irmã; mãe, pai, irmão, irmão, tia, tia; mãe, irmã; irmã, irmã, mãe).	28
3 ^a	5 (A2GM2; A3GM2; A7GM2; A9GM2; A10GM2;	11 (mãe; pai; mãe; mãe, irmã; mãe, tia, tia, irmão, irmão)	16
4 ^a	7 (A1GM2; A2GM2; A6GM2; A7GM2; A9GM2; A10GM2; A11GM2).	15 (Mãe, irmã, irmão bebê; mãe; mãe; mãe; mãe, irmã; mãe, irmão, irmão, pai, tia, tia; mãe).	22
5 ^a	7 (A1GM2; A2GM2; A3GM2; A6GM2; A9GM2; A10GM2; A11GM2).	15 (mãe, irmã, irmão bebê; mãe; mãe; mãe; mãe, irmã; mãe, pai, irmão, irmão, tia, tia; mãe).	22

Nota: o adolescente A11GM1* foi convocado para o primeiro grupo, mas não pode comparecer e participou do GM2.

4.4 Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos: 1) as histórias de vida contidas nos prontuários preenchidos pela equipe multidisciplinar do CEPAV Jasmim; e 2) a observação e registro de duas sessões do Grupo Multifamiliar com as temáticas “Abuso sexual é crime” (3^a sessão) e “Sexualidade” (4^a sessão). O objetivo dos prontuários é coletar informações sobre a história de vida de cada adolescente. Para isso, são investigados dados pessoais, condições sociodemográficas da família, o histórico de violência na família, questões sobre o

desenvolvimento da sexualidade do adolescente – tais como o consumo de pornografia, dinâmica familiar e transgeracionalidade, história do abuso sexual cometida (idade do adolescente e da vítima, vínculo, cenário e sentimentos pós-revelação), diagnósticos, tentativas de autoextermínio, automutilação e ideação suicida. As sessões do GM tiveram a duração de cinco horas, com início às 08h30 da manhã. As intervenções foram planejadas de acordo com o objetivo e temática estabelecidos em supervisão, e o temas foram “Proteção e Rede de Proteção”, “Transgeracionalidade”, “Abuso Sexual é um Crime”, “Sexualidade” e “Projeto de Namoro” (Tabela 5).

Tabela 5

Planejamento das sessões do GM1 e GM2 de 2023.

Sessão	Objetivo	Atividades principais
1 - Proteção e Rede de Proteção	Trabalhar com as famílias a necessidade dos adolescentes de receberem proteção e orientação dos pais/responsáveis.	Dinâmica: gato e rato. Os participantes formam um círculo que representa a proteção. Um gato fica de fora e tenta furar a barreira para pegar o rato, ao centro da roda.
2 – Transgeracionalidade	Ampliar o conhecimento acerca das histórias familiares.	Genograma familiar, colagem nas cartolinas.
3 – Abuso Sexual é um Crime	Explicar, em termos legais, o que é abuso sexual e como se dá o processo de responsabilização.	Palestra com recursos audiovisuais.
4 - Sexualidade	Trabalhar o desenvolvimento da sexualidade saudável.	Cartolinas com desenhos, música, discussão nos subgrupos.
5 – Projeto de Namoro	Liberação da família para o namoro, construção de novos acordos familiares, projetos para o futuro.	Entrevistas dos filhos com os pais sobre sonhos do passado que não foram realizados e projetos para o futuro.

Nota: para este estudo as sessões utilizadas para coleta de dados foram a “Abuso sexual é um crime” e “Sexualidade”.

O planejamento da terceira sessão grupal do 1ºGM 2023 e do 2ºGM 2023 foi o seguinte:

Tema/Objetivo: abuso sexual é um crime e uma violência. **1º Momento (25 minutos):** contrato e apresentação da Promotora Mariana Távora. Cordão de notícias – relatar uma coisa que fez que foi errado ao longo da vida. Nesta sessão não é feita a divisão em subgrupos, todos permanecem juntos durante toda a sessão. **2º Momento (120 minutos):** a convidada discorre sobre “diferenças de responsabilização de adolescentes para adultos”, Estatuto da Criança e do

Adolescente, proteção, abuso presumido, notificação e responsabilização da violência. **3º Momento (30 minutos):** finalização com a fala dos profissionais “A lei existe para proteger e responsabilizar a nossa organização enquanto sociedade, que nós estamos agora aqui unidos. A notícia de um abuso sexual rompe esta organização, quebra esta corrente, esta teia. O que estamos fazendo aqui é usar a lei para nos reconectarmos, para nos reorganizarmos após tudo que aconteceu”.

O planejamento da quarta sessão grupal do 1ºGM 2023 e do 2GM 2023 foi o seguinte.

Tema/Objetivo: sexualidade, o reconhecimento das mudanças. Responsabilidade sobre a própria sexualidade: precisa-se falar de sexualidade na família para o desenvolvimento saudável dos aspectos físicos, psicoemocionais e da sexualidade. **1º Momento (30 minutos):** cordão de notícias – falar o nome e dizer uma coisa que tem vontade de fazer mas terá que esperar por algum motivo. Exemplos para profissionais: “eu queria beijar na boca agora, mas preciso esperar o final do dia para encontrar o meu marido”, “eu queria poder namorar, mas vou ter que esperar alguém que queira namorar comigo”, “eu queria ter ficado dormindo em casa, mas vou ter que esperar a noite para poder dormir de novo”, “eu queria jogar futebol todo dia, mas tenho que esperar o fim de semana”, “eu queria aposentar, mas eu tenho que esperar”. **2º Momento (30 minutos):** usar personagens caracterizados, com cartazes pendurados no pescoço identificando cada um dos aspectos do desenvolvimento (físico, psicoemocional e sexual) para encenar. O personagem físico deverá utilizar um cartaz com a imagem de um corpo com os braços em posição de contração do bíceps, com as mãos para cima. O psicoemocional utilizará um cartaz com um coração desenhado e o sexual terá o cartaz com a imagem, em desenho, da genitália masculina. Personagem físico: corre na frente e atravessa a sala bem rápido; psíquico-emocional: vai um pouco mais lento, mas anda em frente; sexual: não consegue sair do lugar e deve perguntar aos responsáveis se pode andar, se pode tocar em tal parte, se pode fazer tal coisa. Dá passos mínimos, volta atrás quando recebe uma negativa. Após

a cena, breve diálogo com as participantes e fala geral da coordenação: “esse desenvolvimento é inevitável. Todas as famílias estão aqui por dificuldades nesse desenvolvimento. Então agora iremos para os subgrupos para continuar conversando sobre isso”. **3º Momento (100 minutos):** divisão em subgrupos. Subgrupo crianças: desenvolvimento físico e emocional das crianças. Desenho do corpo: Realizar um desenho de uma silhueta do corpo (masculino e feminino); desenhar as partes íntimas; falar sobre a ocorrência de situação de violência e onde foi tocada, e onde não pode tocar. Diferenciar carinho de violência.

Em seguida, trabalhar a afetividade, os carinhos afetuosos que são bons para trocar (dar e receber). Mostrar os carinhos permitidos, fazer em dupla. Trabalhar com o tema proteção enfocando os aspectos de cuidado e proteção com o corpo, o toque e a identificação das partes do corpo; o que pode ser permitido e a percepção de saber dizer “não”, relacionando com os locais de convivência das crianças (família, escola, rua). O desenho e a colagem podem ser utilizados. Subgrupo adolescentes: fala dos profissionais: “hoje estamos falando sobre sexualidade e aqui poderemos conversar sobre todas as nossas dúvidas e também sobre as vontades que começam a surgir na adolescência e que não falamos com ninguém. Se vocês tivessem acesso à internet agora, o que vocês acessariam sobre sexo? O que vocês gostariam de pesquisar? Perguntar?”. Para isso, cada adolescente irá escrever perguntas sobre sexualidade que serão colocadas na caixa. Em seguida, com os participantes em círculo, a caixa vai rodar ao som de uma música escolhida pelos adolescentes. Quando a música parar, o adolescente sorteará uma pergunta e lerá para todo o grupo, que irá discuti-la. A caixa já terá algumas perguntas preparadas pela equipe. Perguntas: é errado me masturbar? Quando você fez sexo pela primeira vez? O que você mais gosta na pornografia? Onde/ como você acessa pornografia? Quem te mostrou pornografia pela primeira vez? Você já mostrou pornografia para alguém? O que faz uma pessoa ser gay? Com que eu converso sobre sexo? O que você aprendeu que não é permitido fazer sobre sexo/ sexualidade? Já usou camisinha? O que é sexo

seguro? Discutir cada pergunta. Trabalhar sobre sexualidade saudável e segura, e o que não pode: idade, consentimento, local, proteção. Com base na discussão, o grupo fará uma produção para ser apresentada no grupão que deve conter a solicitação aos responsáveis sobre abertura ao diálogo e orientação sobre sexualidade aos filhos. Subgrupo dos pais: fala dos profissionais: “O que vocês entenderam sobre a dinâmica realizada? O que pode e o que não pode na casa de vocês? A sexualidade vai acontecer de todo modo. Qual a virada de chave que teremos que dar hoje para conseguir conversar sobre esse tema com nossos filhos, para ajudá-los?”. Com base na discussão, cada responsável irá preparar um cartão de autorização ao seu filho. **4º Momento (30 minutos):** Apresentação da produção de cada subgrupo. Crianças: O que eu aprendi sobre o meu corpo hoje? Adolescentes: apresentar a produção do subgrupo que deve conter a solicitação aos responsáveis sobre abertura ao diálogo e orientação sobre sexualidade aos filhos. Adultos: Entregar o cartão com autorização para os filhos desenvolverem a sexualidade saudável. **5º Momento (30 minutos):** ritual de encerramento. Crianças: o que eu aprendi sobre o meu corpo. Adolescentes e adultos: o que eu aprendi sobre a sexualidade hoje. Fala final da coordenação: “aqui não há confirmação, mas de alguma maneira, todos estão aqui por dificuldades na questão do desenvolvimento. Todos estão aqui com um mesmo objetivo: refletir sobre como cuidar disso. O desenvolvimento da sexualidade é inevitável. E precisa ser cuidada, ter diálogo e supervisão para ser saudável e segura”.

4.5 Procedimentos da coleta das informações dos prontuários

Prontuários GM1 2023 - Os prontuários dos adolescentes participantes do primeiro GM foram acessados antes do início do grupo. A pesquisadora teve acesso aos 13 prontuários físicos e fez a leitura na íntegra de todos os casos selecionados pela equipe. Para a organização das informações foi realizada uma tabela com os dados sobre o acesso à pornografia, relato da ofensa sexual cometida, vitimizações anteriores, vítima(s), fatores de risco, fatores de proteção

e observação. O preenchimento dessa tabela se deu a partir das informações relevantes para o objetivo da pesquisa.

Prontuários GM2 de 2023 - A preparação para o segundo grupo foi concomitante à realização do primeiro grupo, o que restringiu as condições de seguir etapas bem delimitadas. O acesso aos prontuários do segundo grupo foi feito através dos estudos de caso, durante as supervisões do primeiro grupo. A tabela com as informações dos casos foi elaborada pela equipe do CEPAV Jasmim, que adicionou registros contidos no TrakCare® e observações feitas pelos profissionais durante os atendimentos na etapa de acolhimento e entrevista. Esta acumulação de etapas foi devido à premência do oferecimento dos atendimentos que estavam suspensos em função da pandemia.

4.6 Procedimento da coleta das informações da observação do grupo

A coleta das informações provenientes da observação foi feita pela pesquisadora por registros em caderno após cada sessão grupal, em seguida essas informações foram detalhadas em documento eletrônico no mesmo dia. É importante ressaltar o desafio da realização de registro durante as sessões. Os participantes se ressentem da presença de um observador externo que poderia ser responsável pelas anotações durante o grupo, além da gravação das sessões não ser autorizada por eles. Há uma preocupação em se preservar um ambiente de aceitação, reflexão e empatia através de estratégias psicodramáticas que facilitam o reconhecimento do sofrimento e o diálogo entre as famílias e equipe (Wolff et al., 2020).

4.7 Escolha do método de análise das informações

Após a reunião das informações foi realizada a Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2013) construindo temas que foram aprofundados. A Análise Temática Reflexiva é uma ferramenta de análise de dados qualitativa utilizada para facilitar a identificação de padrões ou temas em determinado conjunto de dados através de uma sequência de procedimentos, que se

iniciam com a codificação. O processo de codificação envolve a significação dos conteúdos a partir da intersubjetividade do pesquisador, em uma análise interpretativa, que proporciona a possibilidade de navegação nos dados de maneira mais flexível (Byrne, 2021). Este tipo de análise está em consonância com os pressupostos teóricos da epistemologia novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2010) adotados nesta pesquisa, visto que também privilegia conceitos semelhantes, como a recursividade, e cujo objetivo não é acurácia, mas imersão profunda nos dados (Souza, 2019). Considerando o caráter exploratório deste estudo, o método escolhido adequa-se aos objetivos propostos e permite uma reflexão acerca dos conceitos teóricos já estabelecidos na literatura e dados obtidos nas intervenções durante a pesquisa-ação.

A Análise Temática Reflexiva oferece diferentes possibilidades metodológicas, como a abordagem indutiva, dedutiva e híbrida (Proudfoot, 2023). Diferencia-se a abordagem indutiva como a análise dos dados feita de baixo para cima (*bottom up*), comumente utilizada para a análise de entrevistas semiestruturadas e sessões grupais, cujos dados podem ser organizados em uma análise de seis etapas e que não parte de categorias teóricas previamente estabelecidas na literatura (Souza, 2019). Para a análise de dados derivados da teoria, considera-se a utilização da abordagem dedutiva, que parte de uma extensiva revisão de literatura e categorias teóricas estabelecidas sobre a temática pesquisada. Nesse caso não há a indicação de seguir fases específicas, como na abordagem indutiva, mas há necessidade de detalhamento dos procedimentos adotados pelo pesquisador sobre a codificação realizada (Byrne, 2021). Estudos recentes (Li & Liu, 2023; Proudfoot, 2023) conduziram análises híbridas, indutiva-dedutiva, demonstrando a contribuição da perspectiva mista em termos de complementaridade para maior compreensão do fenômeno estudado.

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa possuem características diferentes, visto que os prontuários elucidam dados brutos sobre os adolescentes, o contexto de vulnerabilidade e

proteção, o consumo de pornografia, dinâmicas familiares e violências sofridas; e as sessões grupais desvelam novas perspectivas sobre essas histórias, pois através da observação e participação foi possível intervir diretamente com as famílias durante a pesquisa-ação. Dessa forma, para a interpretação dos dados dos prontuários, foi realizada a codificação pela abordagem dedutiva, com os significados latentes, a fim de reunir informações previamente discutidas nas revisões literatura realizadas, além de sinalizar nos dados brutos trechos que representam os conceitos teoricamente consolidados. Em complementaridade, para a análise das sessões grupais, foi utilizada a abordagem indutiva, com informações coletadas durante os encontros.

4.7 Procedimentos da Análise Temática Dedutiva dos Prontuários

Primeira etapa: na fase de coleta de dados foi realizada a leitura na íntegra dos prontuários físicos de todos os adolescentes convocados para o GM1 e GM2. Após a leitura na íntegra, a pesquisadora e equipe do CEPAV Jasmim elaborou duas tabelas com as principais informações sobre as histórias de vida dos adolescentes (adolescente, idade, violências sofridas, vítima, idade da vítima, fatores de risco, fatores de proteção, relato da violência sexual e consumo de pornografia). Para a primeira etapa de familiarização com os dados as tabelas foram lidas e relidas, a fim de identificar trechos correspondentes aos conceitos previamente definidos em literatura nacional e internacional. **Segunda etapa:** após a leitura exaustiva, foram destacados os trechos correspondentes aos 20 códigos iniciais, fundamentados nos conceitos amplamente discutidos teoricamente, sendo esses: 1) polivitimização; 2) vitimização indireta; 3) baixo investimento afetivo familiar, 4) baixa adesão escolar; 5) dependência química na família; 6) baixa supervisão parental; 7) conflitos entre os membros da família; 8) polivitimização intrafamiliar; 9) fatores de proteção; 10) pornografia e ofensa sexual; 11) uso problemático de pornografia; 12) uso precoce de pornografia; 13) vítima possui metade da idade; 14) violência sexual grave; 15) violência sexual menos grave; 16) violência

autoprovocada; 17) mãe polivitimizada; 18) mãe sofreu vitimização sexual; 19) mãe com a saúde debilitada; 20) vínculos familiares rompidos.

Terceira etapa: os trechos foram reagrupados em uma segunda codificação, gerando novos códigos mais amplos, a saber: 1) violência; 2) família; 3) pornografia. **Quarta etapa:** os códigos iniciais foram agrupados, na terceira codificação, de acordo com a classificação da segunda codificação abrangente. O código “violência” agregou nova códigos iniciais, conforme a descrição na Tabela 5. **Quinta etapa:** foi criado o tema abrangente “a violência como inimiga íntima”. **Sexta etapa:** o tema abrangente foi dividido em 3 subtemas: 1) a violência é parte da família; 2) a sombra da violência e 3) ora vítima, ora autor. **Sétima etapa:** um segundo tema abrangente foi identificado e intitulado “olhos e corações fechados”, com o subtema 1) pais presentes fisicamente, afetivamente ausentes. **Oitava etapa:** o último tema abrangente gerado foi denominado “a pornografia como um lugar invisível”.

4.8 Procedimentos da Análise Temática Indutiva das Observações

A ATR (Braun & Clarke, 2006) sugere o uso das seis etapas como um guia, ao invés de uma regra, para facilitar a interpretação das informações. Embora a lógica seja sequencial, o processo ocorre de forma reflexiva e recursiva, gerando novas perspectivas a cada fase. (Byrne, 2021). A primeira etapa da análise indutiva é a familiarização com os dados após feitas as intervenções, na qual o pesquisador irá realizar uma leitura e releitura exaustiva das transcrições em busca de padrões que se repetem para a geração dos códigos iniciais na fase seguinte. A segunda etapa é a codificação inicial, que pode conter códigos latentes (que são interpretações do pesquisador sobre os dados) ou semânticos (que são os dados brutos) e são organizados por categorias de significados. Essa organização depende se a categoria é definida a partir dos dados (*data-driven*) ou se são derivados da teoria (*theory-driven*). Pode ser realizada mais de uma codificação, destacando os trechos ou extratos que levaram ao código, a fim de agrupar o máximo possível de padrões para prosseguir à próxima etapa de geração de temas. Os temas

são gerados pela combinação dos códigos em um tema abrangente (*overarching theme*) e subtemas, começando a revelar possíveis relações entre eles. A quarta etapa é a de refinamento dos temas, pela revisão com os candidatos aos temas definitivos. Em seguida, na quinta etapa, define-se o nome de cada tema. Por último, na sexta etapa, produz-se o relatório e conta-se a história dos dados, ilustrada com os extratos que ajudam a elaborar uma narrativa analítica relacionada à pergunta de pesquisa (Braun & Clarke, 2006; 2013; 2016, 2017; Byrne, 2021; Souza, 2019).

Para a análise indutiva dos dados, seguiu-se os seis passos sugeridos pela ATR (Braun & Clarke, 2017). A **primeira etapa**, de familiarização, se deu a partir da leitura das anotações feitas após as duas sessões grupais “Abuso sexual é um crime” e “Sexualidade”. As anotações consistiram no registro das falas dos participantes relacionadas ao objetivo da pesquisa, comportamentos que demonstrassem alguma relação com o estudo, e impressões da pesquisadora. A segunda etapa, de codificação, foi feita pela identificação de trechos com significados latentes e semânticos (Braun & Clarke, 2013; 2016; 2017) nas anotações, que compuseram a primeira codificação.

Para a **segunda etapa** foram identificados os trechos nos registros da sessão “Abuso sexual é crime” e nos registros da sessão de “Sexualidade” do GM1 e GM2, gerando os códigos correspondentes. Na **terceira etapa** esses códigos foram agrupados. Isso ocorreu porque a estrutura e o planejamento do encontro foram idênticos para ambos os grupos, permitindo a criação dos temas em comum para análise. Na **quarta etapa** foram pensados os possíveis temas comuns entre os grupos e organizados em uma tabela do programa *Microsoft Excel* para melhor visualização. Na **quinta etapa** foram construídas a Tabela 7 e a Tabela 8, com base na organização de dados realizada por Said (2021), para a definição dos títulos e conteúdo de temas e subtemas, com os respectivos códigos selecionados para a discussão. Devido à premência da análise e discussão dos resultados, orientando-se pela organicidade e flexibilidade da ATR

(Braun & Clarke, 2006), decidiu-se refinar os temas durante a seleção dos respectivos trechos e códigos de maneira mais sintética, mantendo, no entanto, a coerência com os objetivos específicos deste estudo. A **sexta etapa** correspondeu à construção da narrativa dos temas (Braun & Clarke, 2013; Byrne, 2021), estruturada de modo que fosse contada uma história que começa com sofrimento, passa pela negação e finaliza (mas não termina) com o enfrentamento. A contextualização e apresentação dos dados foi realizada simultaneamente à discussão (Byrne, 2021), situando as tabelas na seção Resultados.

4.9 Cuidados éticos

Todas as informações registradas tiveram o sigilo assegurado, resguardando a identidade dos participantes nas análises. A pesquisa se baseou nas normas de Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466 (CNS, 2012a), sobre pesquisa com seres humanos na área da saúde e Resolução do CNS nº 510 (CNS, 2016b), sobre as diretrizes éticas de pesquisas nas ciências humanas e sociais. O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, tendo seu parecer aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, CAAE 66485717.0.0000.5540, parecer número 3.245.222, com data de 4 de abril de 2019 (anexos II e III).

5. RESULTADOS

5.1 Prontuários

Os resultados (Tabela 6), destacam as características do contexto de vulnerabilidade e proteção dos adolescentes, e situam o papel desempenhado pela pornografia no contexto do trinômio "adolescentes, ofensas sexuais e pornografia".

Tabela 6

Etapas 2, 3, 4 e 5 da análise dedutiva dos prontuários.

2ª Codificação	3ª Codificação	Tema
Violência	Polivitimização, vitimização indireta, polivitimização no contexto familiar, violência autoprovocada, violência intrafamiliar, consequências da polivitimização, vítima possui metade da idade, violência grave. violência menos grave.	A violência como inimiga íntima
Família	1. Baixo investimento afetivo familiar; 2. Convivência com familiares que fazem uso frequente de álcool e drogas; 3. baixa supervisão parental; 4. Conflitos entre os membros da família	Olhos e corações fechados
Pornografia	1. Pornografia e ofensa sexual; 2. Uso problemático de pornografia; 3. Uso precoce da pornografia	A pornografia como um lugar invisível

5.2 Observação das Sessões

As sessões do GM1 2023 e do GM2 2023 constituem o segundo conjunto de resultados que enriquece os dados dos prontuários pela ampliação do cenário para a complexidade das relações e interações.

5.2.1 Sessão “Abuso sexual é um crime” do GM1 e do GM2 de 2023.

A Tabela 7 representa as etapas 3, 4 e 5 da codificação indutiva.

Tabela 7

Temas e Subtemas da Sessão “Abuso sexual é um crime” do GM1 e GM2

Número do tema	Temas finais	Definição	Códigos
1	A revelação do sofrimento	O sofrimento da família após a revelação	Mãe deixa a sala de grupo, a negação da situação, a família dormiu
2	O triângulo da negação: não vejo, não escuto e não falo de pornografia	Dificuldade dos pais e dos adolescentes em falar sobre a temática da sexualidade	A negação da sexualidade dos filhos, algumas músicas deveriam ser proibidas, os acordos tácitos sobre o uso do celular, os pais fazem o contorno da proteção
3	Não sou criança, nem adulto. Quem eu sou?	Dúvidas acerca do que é permitido fazer segundo a lei, dificuldade de nomear violências sofridas e necessidade de construir uma nova identidade após a situação da ofensa sexual	Dúvidas sobre consentimento, o abuso rompe a organização e a lei reconecta, adolescente descreveu o que é ato infracional, a revolta da mãe, o limite da intimidade, falsas denúncias, projeto de vida
4	Homem chora em silêncio	A masculinidade hegemônica e o silenciamento dos homens	O choro dos homens e a necessidade de compartilhar o sofrimento entre os pares, o moletom é minha capa de invisibilidade, sempre de cabeça baixa, o medo da exposição, não queria estar aqui, a expressão da angústia, é muito difícil estar aqui e falar do que aconteceu

5.2.2 Sessão “Sexualidade” GM1 e GM2 de 2023

A Tabela 8 representa as etapas 3, 4 e 5 da codificação indutiva.

Tabela 8

Temas e subtemas da sessão “Sexualidade” do GM1 e GM2

Número do tema	Possíveis temas	Definição	Códigos
1	Existe sexualidade no caminho do bem?	A religião e a moralidade como fronteiras para o diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos	Masturbação é pecado; eu te ensinei o caminho do bem; falas autoritárias; sexo só em livros da escola; nunca vi pornografia; todo mundo já se masturbou alguma vez na vida; todos aqui são maduros o suficiente para isto; sexualidade trancada na caixa. homossexualidade é pecado?; poucos espaços para falar sobre sexualidade; como vocês sabem sobre o pau do jumento?; todos tem sexualidade, inclusive os adolescentes
2	O pau do jumento	A masculinidade tóxica e a pressão por virilidade dos adolescentes	Bullying sofrido e cometido; explode o pau; explode as catiléia; o pau atíça; “que a nossa amizade seja igual ao pau de um jumento: grande, forte, às vezes pode balançar, mas ninguém tem coragem de se meter na frente!”
3	Em busca de pertencimento	A construção da identidade e da	O jogo de videogame como um lugar de pertencimento; fazia parte de uma gangue; sugestionável; medo de julgamento; há uma

4	Desperta(dor): desenvolver a sexualidade gera dúvidas, medo e sofrimento	autoestima é atravessada pelo ambiente social. O desenvolvimento da sexualidade no contexto do abuso sexual	conexão entre todos aqui; posso pedir ajuda para me reconhecer. Namoro em segredo; meu irmão é meu abusador, mas também é meu amigo; Superpoder é despertar medo, pois queria despertar esse sentimento nas pessoas as quais queria dominar; desperta(dor); dúvidas sobre o que é permitido na sexualidade do adolescente; homofobia; bifobia; é muito difícil falar sobre o tema, melhor mudar de assunto;
---	---	---	---

6 DISCUSSÃO

6.1 Prontuários

Os resultados provenientes dos prontuários apontam a complexidade do contexto, a conexão entre as polivitimizações sofridas e o sofrimento inerente ao desenvolvimento da sexualidade. Destaca-se a coconstrução das narrativas sobre as histórias de vida estabelecida pela intersubjetividade da equipe e dos participantes, nos registros dos prontuários, nos momentos iniciais de acolhimento e entrevistas familiares (Esteves de Vasconcellos, 2012; Finkelhor et al., 2007; 2015).

A violência como inimiga íntima

A violência é o epicentro das histórias destas famílias, estando presente desde as gerações anteriores, nos bairros e cidades onde os pais e avós foram criados, cujos aprendizados de supostas maneiras (violentas) de ensinar foram transmitidas como herança às próximas gerações (Amorim et al., 2021). A intimidade com a violência é parte da narrativa, apontada frequentemente como a única ferramenta possível em meio a tantas dificuldades. Nesse cenário, colocar o adolescente de castigo, sentado por horas em uma cadeira sem autorização para se alimentar, ameaçando-o de morte caso desobedeça, parece uma punição justa do padrasto pelo furto de um celular. Assim como parece razoável deixar um adolescente por horas esperando o transporte escolar em uma parada de ônibus onde é o ponto de tráfico da região (narrativas contidas nos prontuários). Afinal, qual seria a outra alternativa, já que os pais moram em um assentamento e as irmãs são casadas com presidiários que cumprem pena por tráfico e homicídio?

Estes relatos fazem parte dos prontuários, sem uma percepção da gravidade inerente e de quais consequências podem ter na vida daqueles jovens. David Finkelhor e colaboradores (Finkelhor et al., 2007) conduziram um estudo sobre as múltiplas vitimizações ocorridas na infância de dois mil e trinta crianças, em um período de um ano, e nomearam o fenômeno da

vivência de quatro ou mais tipos de vitimização pela mesma vítima como polivitimização. Esse estudo apontou 40 tipos de violências diretas e indiretas vividas por essas crianças, demonstrando que frequentemente há dificuldade em nomear essas vivências e considerá-las como violência. Das vitimizações citadas neste estudo, destacam-se as violências indiretas, com frequência invisibilizadas, tais como: exposição a tiroteios; testemunhar assalto aos pais ou irmãos ou assalto à mão armada; assassinato de membros da família ou amigos; vandalismo; exposição à guerra ou conflito étnico. Algumas dessas ocorrências foram identificadas nos prontuários pelos profissionais como violências sofridas pelas famílias e pelos adolescentes. Por exemplo, em uma delas houve três assassinatos e todo o núcleo familiar presenciou os fatos.

Assim, a violência torna-se parte da família. Mães/pais, avôs/avós, tios/tias, primos/primas, padrastos/madrastas, irmãos/irmãs, e pessoas próximas, de algum modo, foram coadjuvantes e protagonistas em várias cenas do cotidiano cujo enredo era a violência. Algumas mães participantes sofreram negligência, vitimização sexual, doméstica e familiar desde a infância, e na vida adulta tiveram múltiplos relacionamentos com parceiros abusivos, o que contribui negativamente na criação dos filhos. O exercício da maternidade em mães polivitimizadas é atravessado por consequências emocionais, comportamentais e psicossociais, cujas repercussões impactam no desenvolvimento dos filhos pelo distanciamento afetivo e maior possibilidade de reprodução das violências sofridas (Reichert & Krindges, 2019; Wolfe, 2018).

Os adolescentes polivítimas, por sua vez, vivenciam a violência como uma sombra que os acompanha nas relações e na própria individualidade. Eles estão mais suscetíveis a internalizarem suas angústias e não comunicarem claramente estas condições devido à sua etapa de desenvolvimento, e os sintomas aparentes são ansiedade, depressão, isolamento social e queixas somáticas (Guerra et al., 2016; Raposo, 2019). Todos os adolescentes convocados para o GM1 e GM2 são polivítimas, alguns com mais vitimizações relatadas do que outros. Esta

diferença pode estar relacionada à dificuldade de reconhecimento das violências sofridas, tanto pelos profissionais, quanto pelos próprios sujeitos e familiares. É importante salientar que as violências são cumulativas (Finkelhor, 2007; Finkelhor et al., 2015; Guerra et., 2016; Tavares et al., 2021) e a não identificação resulta em tratamento inadequado, aumentando a vulnerabilidade a novas vitimizações. Portanto, é necessário um olhar atento e treinado dos profissionais aos relatos referentes às histórias de vida dessas pessoas, visto que os sintomas entendidos como queixas acerca da saúde mental podem estar relacionados à polivitimização (Klebanov et al., 2023).

As histórias de vida dos adolescentes participantes apontam para os aspectos individuais, relacionais, comunitários e institucionais associados à polivitimização. Sobre os aspectos individuais, são comuns as informações nos prontuários sobre a falta de socialização, falta de pertencimento na família, vínculos de amizade somente virtuais, ideação suicida, uso de álcool e diagnósticos psiquiátricos (Deficiência Intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Depressivo). Esses achados correspondem ao que a literatura indica sobre as consequências individuais da polivitimização, como a tendência à baixa autoestima, autculpabilização, maior suscetibilidade ao uso de substâncias, dificuldade de socialização e autorregulação (Pires & Almeida, 2023).

Em relação aos aspectos relacionais da polivitimização, pode-se perceber a alternância de papéis, já que ora são vítimas da violência, ora são autores de violência (Costa & Costa, 2013; Finkelhor et al., 2015; Wolfe, 2018). As violências perpetradas pelos participantes deste estudo, em quase todos os casos, são contra crianças que possuem a metade da idade dos adolescentes, a maioria intrafamiliar. As ofensas sexuais variam entre mais e menos graves, desde o toque íntimo por cima da roupa e beijo forçado à penetração vaginal, anal e sexo oral, com a presença de ameaça em caso de revelação. Essas informações evidenciam a relação de hierarquia e de poder existentes no cometimento da ofensa sexual (Tavares et al., 2021). Essa

alternância, portanto, deve-se à combinação de fatores de vulnerabilidade contextuais, como o baixo investimento afetivo familiar e as polivitimizações, que contribui para um maior risco de perpetrar violências (Pires & Almeida, 2023; Tavares et al., 2021).

Outro ponto importante discutido na literatura acerca da polivitimização, e apontado como resultado nesta pesquisa, é a associação entre a polivitimização e os aspectos institucionais/comunitários. Adolescentes polivitimizados possuem maior tendência ao baixo engajamento escolar e baixa adesão às intervenções institucionais (Pires & Almeida, 2023), o que pode ser percebido nos prontuários pela quantidade de evasão, repetência, expulsão da escola e faltas constantes. Além disso, nota-se uma diminuição na frequência da participação dos adolescentes e dos familiares durante os encontros do GM1 e GM2. Enquanto no GM1 havia 10 participantes na primeira sessão e sete na última, no GM2 havia 31 participantes na primeira sessão e 22 na última. Como se trata de famílias polivitimizadas, observa-se que a evasão do grupo, sendo essa uma intervenção psicossocial em uma instituição de saúde, pode estar associada ao fenômeno.

Chan (2017) define como polivitimização familiar a coocorrência de violência conjugal, vitimização infantil e geriátrica. Segundo o autor, os genitores provenientes de famílias polivitimizadas possuem mais chances de desenvolver comportamentos aditivos, como o uso de substâncias, sintomas de Estresse Pós-Traumático e depressão, o que foi encontrado como resultado na presente pesquisa.

De olhos e corações fechados

O ambiente familiar não representa um lar acolhedor para todos. Para alguns, como os participantes deste estudo, estar em casa pode implicar permanecer em constante estado de alerta, aguardando o próximo conflito e analisando atentamente os passos e o tom de voz de cada familiar, a fim de avaliar possíveis rotas de fuga quando necessário. Isto reflete a ambiguidade entre o desejo de ser notado e a necessidade de se tornar invisível para evitar ser

alvo. Nesse contexto, possuir um quarto individual é um sonho distante, enquanto a realidade impõe o compartilhamento do espaço com a mãe, a avó ou até mesmo com a própria vítima. Na ausência de quartos, eles dormem na sala, que pode ser simbolicamente comparada a um casulo aberto, onde não conseguem se desenvolver com segurança (narrativas contidas nos prontuários). Esse ambiente hostil, marcado por um baixo investimento afetivo por parte da família e permeado por agressividade, torna-se um terreno fértil para fantasias de poder sobre o outro (Costa et al., 2013).

As dinâmicas e configurações familiares aqui expostas já estão descritas na literatura nacional (Bastos et al., 2021; Costa et al., 2011; Costa et al., 2013; Penso et al., 2019), caracterizando comportamentos comuns dos membros da família em relação aos adolescentes, tais como a atribuição de tarefas domésticas e cuidados dos irmãos mais novos. De acordo com as autoras, a inversão de papel filial para parental, em modo permanente, coloca o adolescente em uma situação de vulnerabilidade, pois deixa de receber cuidados essenciais para ser o cuidador. O sofrimento inerente a essa situação atinge todos os membros da família e as estratégias de enfrentamento à violência diferem de acordo com a faixa etária (Karakuş & Göncü-Köse, 2023; Lawrence et al., 2023; Miranda et al., 2023). Um dos recursos utilizados com frequência pelos familiares adultos participantes é o uso de álcool e entorpecentes. Esse resultado é corroborado por estudos recentes (Lawrence et al., 2023; Chung et al., 2023), que concluíram que existe uma associação positiva entre a exposição à violência familiar e o uso de substâncias. Dessa forma, os pais ficam em um estado de entorpecimento, presentes em casa e afetivamente ausentes, enquanto os adolescentes são obrigados a conviver com as consequências do uso abusivo.

As condições mencionadas, como a estrutura das residências, a parentalização, o uso abusivo de substâncias e a desproteção, evidenciam a falta de investimento afetivo (Costa et al., 2017) por parte da família em relação a esses jovens. Nessas circunstâncias, verifica-se a

falta de supervisão parental (Singh et al., 2023) como elemento central, cujos desdobramentos são visíveis nos registros dos prontuários. Adolescentes que ficam 20h no computador, passam muito tempo na rua, acessam a *internet* livremente, usam irrestritamente o celular e ficam sozinhos com as suas aflições.

A pornografia como um lugar invisível

Assim, sem a possibilidade de diálogo com a família, baixa adesão à escola e às intervenções institucionais, esses adolescentes polivitimizados (Pires & Almeida, 2023) recorrem ao mundo virtual para estabelecer conexões e vínculos, se deparando com a pornografia como um lugar de apoio, significando uma possibilidade de recurso desadaptativo de enfrentamento (Almeida et al., 2022; Baumel et al., 2019; Jhe et al., 2023). A solidão resultante desses fatores está relacionada ao uso problemático de pornografia, uma vez que leva esses jovens a um consumo excessivo, e ao uso problemático que, por sua vez, contribui em movimento recursivo para o aumento da solidão (Mestre-Bach & Potenza, 2023).

Os prontuários indicam que estes adolescentes participantes têm acesso irrestrito à pornografia, sem dificuldade, através do próprio celular, computador e até mesmo pelo celular da mãe. É possível perceber que os pais têm ciência deste consumo, mas não conseguem controlar o acesso e/ou dialogar sobre o interesse deles na pornografia. No GM1 (13 adolescentes participantes) foi possível perceber que mais da metade dos adolescentes participantes (7) revelaram o acesso à pornografia. Neste grupo o conjunto de familiares participantes foi menor, e nota-se algum aspecto de distanciamento afetivo dos adolescentes em relação aos familiares (Borges, 2022): “mãe e padrasto desinteressados nele”, “ficava muito tempo sozinho em casa”, “possui vínculos fragilizados”, “autoridade frágil da mãe e padrasto, (eles) não intervém”. Assim, compreende-se que há uma possível associação entre o consumo de pornografia e o baixo investimento afetivo familiar, tornando a questão do acesso, e o próprio interesse do adolescente pelo assunto, invisível (Singh et al., 2023).

No GM2 (14 adolescentes participantes) menos da metade (5) relata o consumo de pornografia. No entanto, em um dos casos, o adolescente revelou no acolhimento que “assiste muita pornografia e por isso cometeu as ofensas”. Embora o objetivo deste estudo não seja estabelecer relações de causalidade, entende-se que a combinação dos fatores de vulnerabilidade citados aumenta o risco ao cometimento da ofensa sexual (Guggisberg, 2020). Em relação a este primeiro conjunto de resultados (provenientes dos registros contidos nos prontuários), compreende-se que a violência é parte do cotidiano, mesmo que em suas vidas ainda muito tenras, sendo possível considerá-los como polivítimas, segundo a determinação de Finkelhor et al. (2007; 2015). Assim, a estratégia de sobrevivência dos membros da família é uma invisibilização do problema, e a dos adolescentes é a busca por colocar a pornografia com o papel de mediador de tantas frustrações e sofrimentos impingidos a eles. Deste modo, a pornografia tem sim um lugar, invisível, na dinâmica da violência sexual dentro das relações familiares.

6.2 As sessões grupais

6.2.1 As duas sessões “Abuso sexual é um crime” (GM1 e GM2)

“O que todos aqui têm em comum? Todos estão enfrentando uma situação muito difícil, e estamos reunidos para ajudarmos uns aos outros”. Essa frase inaugura o árduo processo de enfrentamento das famílias no GM. A equipe recepciona a todos após a preparação teórica, logística e emocional, e o desafio é lançado: vamos falar sobre o que aconteceu?

A revelação do sofrimento

Ao chegarem ao GM as famílias, inicialmente, demonstram sofrimento em silêncio. Alguns filhos se sentam longe dos pais, cada um em um lado da sala. Às vezes, o diálogo entre os membros não acontece sem a mediação de um profissional da equipe, pois os conflitos estão concretizados. O pedido de socorro feito pelos adolescentes, por meio da ofensa sexual, reflete o desespero por apoio, diálogo e compreensão dos pais diante do desafio de tornar-se pessoa,

e, durante o GM, as famílias clamam aos profissionais por ajuda (Costa et al., 2011; Rogers, 2017).

No GM1, devido à maior quantidade de polivitimizações (Finkelhor et al., 2007), foi possível perceber a falta de adesão das famílias às intervenções grupais (Pires & Almeida, 2023). Na sessão “Abuso sexual é um crime” (4 adolescentes e 7 familiares presentes) não houve nenhuma participação espontânea dos adolescentes, e uma família inteira dormiu durante a apresentação dos conteúdos pela promotora de justiça. Além dos desafios emocionais associados à participação na sessão, é importante destacar as dificuldades socioeconômicas enfrentadas na logística de deslocamento (Costa, 2011). Alguns indivíduos mencionaram ter que acordar às 4h da manhã para conseguir chegar à instituição de saúde a tempo. Além disso, há uma sensação de desesperança em relação à justiça diante dessa situação (Costa et al., 2008).

As reações dos participantes no GM2 foram distintas nesse encontro. Uma família específica protagonizou as falas durante a apresentação da promotora demonstrando a indignação e revolta com o sistema de justiça, questionando as ações da promotoria quando crianças “acusavam falsamente” os adolescentes por abuso sexual. É importante salientar que as narrativas das crianças são mais frequentemente caracterizadas por erros de omissão do que por comissão (Klebanov, 2023) e, como a promotora respondeu, “a dúvida sobre o relato da criança representa uma desvalorização da própria criança enquanto sujeito” (M. Távora, 27 de julho de 2023).

A expressão do sofrimento ocorre também pela negação do ocorrido, refletida na fala de uma mãe “meu filho não fez nada, eu não aguento mais ouvir essas coisas”, que foi seguida pela sua decisão de deixar a sessão, saindo da sala de grupo. Nesse momento foi necessário o manejo da equipe, no sentido de discutir que a denúncia não precisa definir o resto da vida daquela família, e que existem formas de atribuir novos significados para o processo de responsabilização (Costa et al., 2011). O GM2 foi marcado por situações de intervenção em

crise, especialmente com os adolescentes, que ilustram a instabilidade e complexidade presentes na intervenção psicossocial (Esteves de Vasconcellos, 2010; Costa et al., 2012).

O triângulo da negação: não vejo, não escuto e não falo sobre pornografia

A negação não aparece apenas como uma forma de expressão do sofrimento, mas, em outros momentos, surge com novos significados. Falar sobre a sexualidade, em uma sessão com a presença de uma promotora de justiça, é um desafio para as famílias. Para os adolescentes, falar sobre a temática da pornografia nesse cenário, diante dos pais, irmãs, tias e avós, só é permitida por meio da negação ou do silêncio. Durante o GM1, na sessão “Abuso sexual é um crime”, a pornografia não foi mencionada diretamente.

No GM2, um adolescente disse “o funk sexualiza a mulher”, e citou a cantora MC Pipokinha, popularmente conhecida atualmente como a “rainha da putaria” pelos clipes polêmicos (Oliveira, 2023, 21 de Setembro), cujas letras das músicas enfatizam o conteúdo sexual explícito. O tom utilizado pelo adolescente foi de crítica, e sua mãe reafirmou em outro momento que ele não tem acesso a esse tipo de conteúdo - “meu filho não assiste pornografia”. Esses comentários demonstram a dificuldade em estabelecer o que é considerado pornografia, visto que o conceito diz respeito ao uso de materiais com conteúdo de sexo explícito com a intenção de promover excitação sexual (Souza et al., 2023), como se houvesse apenas uma categoria específica para essa finalidade. Na prática qualquer conteúdo com cenas de nudez ou relações sexuais pode ser utilizado como estímulo sexual.

As cenas de sexo explícito, há pouco tempo encontradas apenas em sites especializados, hoje estão por toda parte (Ballester et al., 2019). Por exemplo: séries exibidas por *streamings* como a *Netflix* e a *HBO*; em clipes e letras de músicas, em plataformas de amplo acesso como o *YouTube*, redes sociais (*TikTok*, *Twitter*, *Instagram*, *Facebook*); em *streaming* de jogos de videogame (*Twitch*) e nos próprios jogos eletrônicos; além dos aplicativos de mensagens (*WhatsApp*, *Telegram*, *iMessage*). Com tanta facilidade para encontrar informações sobre

sexualidade, como os pais podem impedir o acesso dos filhos aos conteúdos pornográficos? E, principalmente, como é possível afirmar que eles não acessam e/ou fazem uso de pornografia? Assim, devido às numerosas transformações histórico-culturais que ocorreram com o avanço tecnológico, tornou-se desafiador distinguir o que é pornografia. Esta diferenciação é feita atualmente em estudos espanhóis que caracterizam a “*nueva pornografia*” como uma nova configuração de gratuidade, anonimato, acessibilidade, qualidade de imagem superior e interatividade, cuja distribuição global é otimizada por grandes corporações, em oposição à pornografia tradicional encontrada em filmes e revistas (Ballester et al., 2019; Destito Martín, 2023).

Na sessão do GM, quando perguntado diretamente aos adolescentes “você acessa pornografia?” ou aos adultos “seu filho acessa pornografia?”, a resposta imediata é “não”. Todavia, se os adolescentes forem questionados sobre acesso a séries, músicas e clipes com conteúdo sexual explícito, compreende-se que eles revelam ter contato. Os prontuários, nessa pesquisa, revelaram diretamente que sim, os adolescentes fazem uso de pornografia. Já no GM, o reconhecimento do acesso ocorreu de forma indireta, por meio de exemplos em novelas e músicas.

Portanto, embora a nova pornografia (Ballester et al, 2019; Destito Martín, 2023) seja amplamente distribuída e acessada, ainda se encontra dificuldade em falar sobre a temática. Em um estudo recente sobre o consumo de pornografia por adolescentes e jovens adultos no contexto brasileiro (Souza et al., 2023), nota-se que todos os respondentes ao questionário eletrônico do sexo masculino admitiram o acesso. Este fato pode estar associado à maior facilidade em reconhecer o consumo destes conteúdos em um outro contexto, onde não há o atravessamento de questões da responsabilização e estão protegidos pelo anonimato do ambiente virtual.

Não sou criança nem adulto. Quem eu sou?

O processo socioeducativo da responsabilização na adolescência é de difícil entendimento, pois envolve etapas complexas, com encaminhamentos a diversos profissionais e instituições (Costa et al, 2008), além de uma linguagem formal e normativa que por vezes não é compreendida pela população. Pensando nisso, como uma estratégia de aproximação do Direito ao contexto de saúde em uma intervenção psicossocial, foram pensadas estratégias para facilitar o diálogo entre todos os participantes (Bastos & Costa, 2020).

Assim, para iniciar o encontro, foi exibido nas sessões do GM1 e GM2 um clipe da música “É tenso” da dupla sertaneja Fernando e Sorocaba (2012). A música tem como refrão “é meu defeito, eu bebo mesmo, pego mesmo, beijo mesmo e no outro dia nem me lembro, é tenso” e no clipe os cantores aparecem em cenas de festas, com bebidas, mulheres, expondo o corpo sem roupa em locais inapropriados. A promotora selecionou essa música como um exemplo para ilustrar o conceito de consentimento, e os participantes identificaram trechos que representavam violações. No GM1, uma família falou “esse tipo de música devia ser proibida”, referindo-se aos conteúdos sexuais presentes no vídeo.

A música introduziu o conteúdo instrutivo com as informações essenciais que distinguem atividades criminosas e não criminosas, incluindo os atos infracionais (análogos a crimes) e o processo de responsabilização desde a denúncia, até a sentença. Além disso, foram abordados temas sobre os tipos de violência, crimes virtuais e os limites da intimidade no celular (“o que é invasão de privacidade no mundo virtual?”).

As reações dos participantes, especialmente no GM2 no qual houve mais presenças, foram de curiosidade, buscando saber mais informações sobre questões específicas, como a fala de um adolescente que perguntou “adolescente fumar na rua é crime?”, e sofrimento pelo reconhecimento das consequências legais do ato infracional para o futuro profissional dos meninos. As famílias expressaram o sofrimento pela indignação com a justiça (Costa et al.,

2008), pela raiva dos próprios filhos por tê-las colocado naquela situação. Em grupo, os adolescentes expressaram o sofrimento pelo silêncio, revelando o medo da rejeição dos pais, demonstrando que ainda precisam de orientação e proteção para se desenvolverem (Costa et al., 2011). Assim, entende-se a adolescência como uma fase de duplo pertencimento, de transição de uma etapa de desenvolvimento para outra, como um “momento do faz de conta”, de experimentação, significando fazer de conta que é adulto sem ainda de fato sê-lo. Esta etapa de transição necessita de supervisão parental (Costa et al., 2011).

Homem chora em silêncio

O silêncio, além do significado de negação, representa um sofrimento sufocado pela impossibilidade de ser externalizado sem a interpretação social de fraqueza. Essa é uma realidade enfrentada por homens e meninos, cuja masculinidade foi constituída hegemonicamente, com pressupostos de virilidade, força e performance (Cardoso & Beiras, 2022; Zanello, 2011; 2020; 2022).

Além das informações coletadas pelos prontuários e através das falas dos participantes, foi possível observar os não ditos. Os adolescentes do GM1 e GM2 compareciam aos encontros, em sua maioria, de moletom, mesmo com o clima quente. Este fato foi comentado pela equipe, que percebeu a frequência do uso de capuz nas entrevistas e nas sessões grupais. Um deles comentou que não saía de casa sem o casaco, pois sentia-se desprotegido. O moletom com o capuz dá voz a um sofrimento silenciado e é necessário sensibilidade para enxergá-lo. Em muitos momentos, nos quais eles não queriam ser notados no grupo, usavam da estratégia do capuz para tentar escapar das perguntas dos profissionais, representando uma tentativa de proteção diante da exposição. O que é uma contradição, já que eles são invisibilizados pela família, mas tentam se invisibilizar perante a família e profissionais. Gradualmente, à medida que os encontros avançavam, alguns conseguiram participar sem o casaco, embora sempre o mantivessem à mão.

Ao final do encontro do GM1, a promotora fez a leitura do conto “Os machos lacrimosos”, de Couto (2004) e todos os adolescentes prestaram atenção. Um deles, terminada a leitura, comentou emocionado “homem pode chorar, fiquei aliviado em saber disso”. Outro acrescentou “não adianta o homem chorar em silêncio, não ajuda em nada, os outros precisam saber que ele está sofrendo”. Percebe-se, em consonância com outros estudos (Said, 2021), que os adolescentes sofrem pressão social pela performance de masculinidade e isso dificulta a expressão de sentimentos, pois precisam de maior aprovação entre os pares (Cardoso & Beiras, 2022).

6.2.2 – As duas sessões “Sexualidade” (GM1 e GM2)

O sofrimento e a masculinidade (Connell & Pearse, 2015) representam as duas sessões sobre a temática da sexualidade nos GMs. Enquanto no GM1, marcado por mais polivitimizações (Finkelhor, et al., 2015), o sofrimento foi o protagonista das falas dos adolescentes, no GM2 o destaque foi o nome escolhido pelo próprio grupo para representá-los, o *pau do jumento*, que simboliza a expectativa de virilidade da sociedade perante os adolescentes do gênero masculino (Zanello, 2020). No subgrupo dos adultos, houve a (re)descoberta da sexualidade e um espaço para falar do que foi represado durante tantos anos. Afinal, trata-se do sofrimento da masculinidade?

Existe sexualidade no caminho do bem?

A religião ocupa um importante papel na vida das famílias brasileiras. Este foi um aspecto fundamental durante as discussões nos grupos sobre a sexualidade, pois os adolescentes e seus pais construíram a percepção rigidamente dicotomizada de certo e errado, segundo os ensinamentos tradicionais cristãos que são transmitidos, com frequência, como herança familiar. Segundo a cultura cristã, a noção de sexualidade está atrelada ao casamento e à constituição da família, e nessa concepção há uma lacuna no entendimento do que é ou não permitido fazer, especialmente durante o período da adolescência. “Adolescente pode

namorar?”, “masturbação é pecado?” e outras dúvidas como essas surgiram no GM1 e GM2 relacionadas a essa questão.

Além da obediência aos mandamentos cristãos, os adolescentes mantêm a sexualidade em segredo, como se fosse uma panela de pressão prestes a explodir, expressando uma lealdade familiar (Borges & Costa, 2023; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973). A lealdade familiar constitui o compromisso de perpetuar às próximas gerações as expectativas e crenças compartilhadas, tornando-se parte da identidade familiar (Borges & Costa, 2023). Nesse sentido, a revelação da sexualidade do adolescente aos pais pode ser compreendida como um ato de deslealdade (Nogueira, 2020) em famílias cujos valores estão fundamentados em rígidos princípios morais religiosos. As falas autoritárias dos pais e avós nos grupos ilustram esta situação, como “na minha casa todo mundo sabe que masturbação é pecado”, “eu ensino para o meu filho o caminho do bem, da Palavra de Deus”. Os adolescentes, por sua vez, negam a sexualidade e demonstram medo da reação dos pais. Pode-se pensar aqui que os adolescentes seguem as orientações familiares para manterem a união familiar como o valor maior (Minuchin, 1990).

No GM1, no subgrupo de adolescentes, em uma sala separada dos familiares, a resposta sobre questões da sexualidade foi de negação: “o máximo de coisa estranha que vi na internet foi dois grilos um em cima do outro”, “só ouvi sobre sexo na aula de biologia”. No GM2, os pais e familiares participaram de uma dinâmica com uma caixa contendo uma geleca (brinquedo infantil) e deram risadas, conseguindo falar sobre o assunto de uma maneira leve. Ao retornarem do subgrupo ao grupo total, os adolescentes foram orientados a contarem aos familiares o que havia sido discutido. Um deles se dispôs a noticiar o nome escolhido para o restante dos participantes, o *pau do jumento*, e a reação imediata de uma tia-avó presente foi “e por acaso você já viu o pau de um jumento? Onde você aprendeu isso?”. O adolescente, então, se justificou dizendo que essa era uma expressão proveniente de um vídeo da rede social *TikTok*

que dizia “que a nossa amizade seja igual ao pau de um jumento: grande, forte, às vezes pode balançar, mas ninguém tem coragem de se meter na frente!”.

O pau do jumento

O nome do subgrupo dos adolescentes do GM2 foi escolhido por unanimidade e o significado foi entoado por todos, inclusive pelas meninas participantes, em alto e bom som. O que isto representa? Aos olhos da equipe, uma clara expressão da virilidade imposta, e também desejada, dos adolescentes. A construção da masculinidade é social, cultural, histórica e relacional (Beiras & Cardoso, 2022; Zanello, 2020). Desde a infância o gênero é construído e engendrado nos espaços sociais, especialmente no bojo da família e da escola. No período escolar são reforçados os papéis sociais ditos femininos e masculinos nas brincadeiras, nos itens pessoais, nos esportes (futebol é coisa de menino), na vestimenta e nos comportamentos (Neres, 2018). O que não é “coisa de menino” são os sentimentos, as vitimizações, o sofrimento, a vulnerabilidade e a fragilidade (Said, 2021). Assim, ser menino é não demonstrar características atribuídas às mulheres e provar a todo tempo a virilidade (Zanello & Gomes, 2011; Zanello, 2020).

No GM2, a equipe utilizou o objeto intermediário, um recurso psicodramático que atua como um mediador reflexivo na intervenção psicossocial (Wolff et al., 2016), para introduzir a temática da sexualidade no subgrupo. O objeto escolhido foi um rolo de papelão, representando o *pau de jumento*. A expectativa da equipe no planejamento era um momento de descontração, visto que este grupo teve mais participação ativa, mas no momento em que foi apresentado o objeto intermediário, houve silêncio e constrangimento por parte dos adolescentes. Percebendo, então, a dificuldade em falar sobre sexualidade com um objeto concretamente representativo, decidiu-se trocar por uma bola com o desenho de uma bomba estampada. A metáfora foi “a sexualidade explodiu. E agora?” e um deles respondeu “explode as catiléia”, que é uma gíria para “garota que tem cara de pobre, que mora em zonas pobres, geralmente garota que tem um

cabelo e rosto mal cuidado.” (Dicionário Informal, 2009). Tanto no GM1 como no GM 2, o que se depreende é a presença de preconceitos e ideias que carregam forte conteúdo discriminatório, seja por uma masculinidade exacerbada, seja por uma diferença de pertencimento a classes sociais.

A menção ao pau do jumento neste contexto pode ser vista como uma falta de cuidado/delicadeza ou mais precipuamente como uma busca de causar impressão pela virilidade, uma busca da aprovação e destaque no grupo (Zanello & Gomes, 2011). Este adolescente específico foi o mesmo que sugeriu o nome *pau de jumento* e foi quem mais recebeu aprovação dos demais ao longo dos encontros, sendo eleito o líder, de forma tácita, em outras dinâmicas. As brincadeiras violentas demonstram o quanto a violência e a sexualidade estão sobrepostas.

Em busca de pertencimento

A busca de aprovação entre os pares é uma parte intrínseca da construção da identidade dos adolescentes, e a identificação desempenha um papel essencial no processo de integração em um grupo social (Lichy et al., 2023). O pertencimento possui o significado de acomodação em um grupo familiar, cuja proximidade entre os membros é alcançada pela dimensão do afeto e intimidade (Borges, 2022). Além da busca por um pertencimento familiar, os adolescentes buscam outros pertencimentos em grupos, como escola, instituições religiosas e no mundo virtual. Os jogos *on-line* possibilitam conexões com pessoas residentes em outras cidades e países, com culturas diferentes, mas que possuem o mesmo interesse, formando uma rede de apoio social em uma realidade virtual (Ayub, 2022).

Os adolescentes do GM1, segundo as informações dos prontuários, passavam muitas horas em frente ao computador, com pouca socialização fora das telas, inseridos em um ambiente familiar de invisibilidade. Nesse sentido, ficam mais expostos aos riscos oferecidos pela internet. Piccardi et al. (2023) apontam para o risco do contato com conteúdos perigosos,

como a pornografia associada à violência, o *cyberbullying*, a manipulação de imagens e a extorsão. Vera-Gray et al. (2021) concluíram em seu estudo que um em cada oito vídeos pornográficos continham aspectos de violência sexual. Embora na sessão de sexualidade do primeiro grupo (GM1) a temática da pornografia não tenha sido explicitamente mencionada, foi possível falar sobre sexualidade por meio da metáfora de um jogo de videogame, criado pela equipe sem uma história específica, cujo objetivo era dar continuidade no processo grupal.

No GM1, a identidade grupal foi estabelecida pela identificação dos participantes com os jogos virtuais, que criou uma unidade entre eles posteriormente intitulada “Esquadrão Inimaginável”. Na primeira sessão, cada participante criou um personagem para se representar, pois estavam com dificuldades de falar na primeira pessoa devido ao sofrimento inerente à situação do abuso e responsabilização. Na sessão sobre sexualidade os personagens foram retomados para facilitar a discussão desta temática. Nos jogos de videogame, os personagens são chamados avatares (de Carvalho & Melo, 2017). Foram eles: a) O Sombra: estava no lugar errado e na hora errada, até que encontrou um templo com uma caixa e ao abri-la percebeu que era um receptáculo do medo, tornou-se então um prisioneiro do medo; b) O Inimaginável: era um garoto que fazia tudo sem pensar nas consequências, agindo por impulso; c) Mistério: era um garoto que tinha pressentimentos e premonições, mas que ninguém ouvia quando ele avisava dos possíveis desastres. Certo dia, um meteoro caiu na Terra, e ele havia avisado, mas ninguém tomou providências para evitar o desastre; d) CJ: era um garoto alto, de 1,80, que andava por Los Angeles. Ele gostava muito de ajudar os outros, mas era influenciável e fazia parte de uma gangue (descrições dos adolescentes).

Já no GM2, a identidade grupal foi criada a partir dos times de futebol: o time do Neymar e o time do Cristiano Ronaldo. O Neymar representa o homem bem-sucedido, namorador, com frequência envolvido em notícias polêmicas com mulheres, modelo de masculinidade (tóxica) a ser seguido, o ídolo de muitos adolescentes. O Cristiano Ronaldo é reconhecido pela mídia

pelo seu cuidado com a aparência, admirado por ser um influenciador do ideal de beleza masculino (Santos et al., 2021). Sendo assim, as imagens de heróis do futebol ou da vida virtual têm o mesmo sentido – se diferenciar, ser o melhor – vencer pela imagem, pela força. O abuso sexual se concretiza pela força, o estupro idem (Costa & Costa, 2013). Portanto, a sexualidade desses jovens é atravessada pela violência, imputada pela força, maturada na dor e estimulada pela pornografia.

Desperta(dor): desenvolver a sexualidade gera dúvidas, medo e sofrimento

É possível perceber semelhanças nas narrativas fictícias dos avatares criados e a situação do cometimento de abuso sexual. Uma interpretação possível para essa analogia é através da perspectiva psicodramática, utilizada como umas das bases teóricas para o método dos Grupos Multifamiliares (Costa et al., 2015). Nessa ótica, os jogos de videogame desempenham o papel de um ambiente cênico virtual, onde os egos auxiliares são personificados por avatares e atuam como facilitadores relacionais. Os cenários são configurados para estimular a imaginação, promover a liberdade e criar um espaço lúdico que enriquece a experiência ao atribuir novos sentidos e significados às situações vivenciadas (de Carvalho & Melo, 2017). Sendo assim, torna-se mais fácil falar sobre o sofrimento da situação de violência sexual cometida em uma realidade alternativa, pela intermediação dos personagens através do “*como se*”, imaginando um cenário de jogo virtual (Vidal et al., 2021).

Nesse jogo, cada avatar tinha um poder. O poder do Sombra era despertar medo nas pessoas as quais ele queria dominar. O Inimaginável era capaz de materializar os objetos imaginados por ele, que ele escolheu materializar o despertador. O Mistério conseguia prever o futuro. O CJ não conseguiu identificar o próprio poder. Por essas caracterizações, nota-se a circularidade (Esteves de Vasconcellos, 2010) do medo: sinto medo, logo, quero provocar medo e exercer dominação sem ser visto (sombra). O Inimaginável conseguiu tornar tangível sua dor ao selecionar um objeto cujo nome evocava exatamente o que sentia (despertador). O Mistério

revelou o sentimento de invisibilidade na família (Borges, 2022) ao dizer que havia pressentido a chegada de um meteoro, com a capacidade de destruição, mas ninguém o escutou. O CJ, ao não conseguir reconhecer o seu próprio poder, demonstra a baixa autoestima decorrente das polivitimizações sofridas (Guerra et al., 2016; Klebanov et al., 2023; Wolfe, 2018). No GM2, falar da sexualidade provocou dúvidas sobre o que era permitido nessa faixa etária, dificuldade em falar explicitamente sobre sexo, medo do julgamento dos outros adolescentes e da própria família.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral ampliar a compreensão acerca da associação entre o acesso de pornografia e o cometimento de ofensa sexual por adolescentes do gênero masculino. Foi possível identificar a participação do contexto de vulnerabilidade e de proteção dos adolescentes nesta associação, através do mapeamento de cada história de vida individual contida nos prontuários. Assim, as histórias de sofrimento e polivitimizações foram contadas, como peças de um quebra-cabeças dinâmico e virtualmente interativo, que muda de configuração a cada novo encaixe, e cujo tema permanente é a violência.

Na configuração individual, as peças deste quebra-cabeças são as polivitimizações. A homofobia sofrida na escola, os xingamentos da avó, as ameaças de morte, a inanição afetiva, os maus tratos dos pais, os conflitos familiares. Acrescem-se o sentimento de não pertencimento a lugar nenhum, o isolamento, os psicodiagnósticos, as medicações, a automutilação e mais gravemente, a ideação suicida como a última estratégia de acabar com a dor. Ao acrescentar a peça “família”, o cenário muda “em um clique” para o Grupo Multifamiliar, originando uma nova configuração e produzindo novas interações entre todas estas vulnerabilidades, criando-se um quadro complexo (Esteves de Vasconcellos, 2010; 2015).

Nesse novo quadro do GM, formam-se novos espaços vazios, que se preenchem através da interação das peças umas com as outras, em uma relação de intersubjetividade (Esteves de Vasconcellos, 2015). As histórias de vulnerabilidade são compartilhadas, as famílias percebem que não estão sozinhas e que muitas dores são comuns. Entrelaçam-se estratégias na dança da superação, ecoam palavras ternas, e se concedem abraços que se transformam em refúgios. O “cuidado psicossocial” é introduzido, fazendo o papel de liga entre duas peças sem sentido, ajudando a dar significado às experiências. Com dificuldade, a peça “justiça” é encaixada, mas não imediatamente. É necessário girá-la, virá-la de todos os ângulos, alternar incessantemente seu posicionamento até que finalmente revele seu sentido.

Tudo se altera novamente, de forma imprevisível, demonstrando a instabilidade da construção de todo este panorama (Esteves de Vasconcelos, 2010; 2015), com a chegada da peça “sexualidade”. Onde encaixar essa peça, que nunca pareceu ter um lugar? A escolha é deixá-la de fora, e o seu desenho deve ser traçado pelas demais peças que a circundam. É assim que a pornografia se encaixa neste quadro complexo, instável e intersubjetivo (Esteves de Vasconcelos, 2010). O lugar invisível revela-se através do contorno das demais peças, as quais se entrelaçam para compor a imagem do abuso sexual cometido por adolescentes. Conseguimos vê-la, não porque ela tenha uma forma própria, com características bem delimitadas, mas porque a configuração do contexto a desenhou.

Esta é uma temática difícil de ser pesquisada devido às inconsistências nas definições, avaliações e mensurações sobre a pornografia (Kohut et al., 2019; Short et al., 2012). Assim, este trabalho não teve como proposta procurar estabelecer uma relação direta e causal entre abuso sexual cometido por adolescente e acesso a pornografia, mas objetivou elucidar a participação deste elemento em um *design* qualitativo, em uma epistemologia que prioriza as interrelações (Esteves de Vasconcelos, 2010). Assim, essa pesquisa possibilitou configurar a pornografia como parte das condições da facilitação e aumento da vulnerabilidade para o abuso sexual ocorrer junto com outros fatores.

Destaca-se a dificuldade em falar sobre a temática em todas as etapas deste estudo. No reconhecimento da equipe acerca da presença da pornografia como um fator que aumenta a vulnerabilidade ao abuso sexual, no planejamento das sessões e inserção do tema nas intervenções, durante as sessões pelo silêncio dos adolescentes, na discussão dos resultados pela falta de pesquisas nacionais sobre este recorte. Dessa forma, ilustra-se o quão distante ainda se está, em nossa realidade, em estabelecer afirmações concretas sobre essa questão, e o quão importante é o avanço do conhecimento sobre esta associação.

É de suma importância que sejam planejadas e implementadas políticas públicas voltadas para a educação sexual e, fundamentalmente, que os espaços sociais abram novos lugares para as famílias receberem esse tipo de orientação. Como foi possível perceber nesse estudo, a dificuldade de falar sobre a sexualidade parte, primeiramente, dos adultos. Assim sugere-se, que a educação sexual no Brasil comece a partir de uma lógica inversa, de cima para baixo, dos adultos para as crianças, para que seja possível esse diálogo nas escolas, nas igrejas, nas instituições e na comunidade. Os pais e avós precisam dar voz ao sofrimento causado pela repressão, e pela própria experiência com a violência social e/ou sexual, ao falar sobre sexualidade para viabilizar um canal de comunicação com os filhos. A sexualidade precisa de um lugar social que não seja marcado pelo pecado, pela violência, pela exploração neoliberal e capitalista dos corpos das mulheres. Para isso, é preciso que a pesquisa científica se insira nesses espaços, para desvelar o como, o quando e o por onde começar.

Os desafios enfrentados no desenvolvimento de uma pesquisa circunscrita em um contexto de um tema da obscuridade, que tangencia a criminalidade, foram numerosos. Por este motivo, tratou-se de uma pesquisa exploratória (Silva et al., 2021), tendo em vista a especificidade do público e do atendimento institucional, e do recorte do acesso à pornografia e da falta de estudos nacionais. Percorreu-se um caminho que conseguiu chegar à identificação de um lugar invisibilizado que a pornografia ocupa nas relações familiares e no desenvolvimento psicosssexual do adolescente.

Além disso, identificou-se que o acesso à pornografia pode significar um enfrentamento a situações de sofrimento, em concordância com outros estudos recentes (Almeida et al., 2022; Baumel et al., 2019; Jhe et al., 2023). Este é um primeiro passo em direção ao melhor conhecimento sobre a temática, que em outros países já está mais avançado (Goulet & Tardif, 2018; Guggisberg, 2020; Merlyn et al., 2020; Sharpe & Meade, 2021), mas que carece de mais pesquisas nacionais para traçar um quadro sobre o fenômeno no Brasil.

O público-alvo deste estudo é caracterizado por Costa e Lordello (2021) como um grupo vulnerável de alta complexidade. Isso significa que se trata de indivíduos que enfrentaram desafios decorrentes de instabilidade socioeconômica, experimentando dificuldades no acesso à moradia, saúde e educação, além de enfrentarem questões relacionadas ao abuso de substâncias e envolvimento com o sistema judiciário. Esses aspectos compõem um quadro complexo de interações que se amplia a cada nova informação e revelação. Compreende-se, portanto, que o ambiente acolhedor e as interações no Grupo Multifamiliar possibilitam revelações, antes vistas como um risco ao rompimento da estrutura familiar (Marra & Costa, 2018), e que estas revelações representam dimensões da instabilidade, a imprevisibilidade e incontrolabilidade das ações (Esteves de Vasconcellos, 2015).

Este aspecto da instabilidade deve ser levado em consideração, pois as informações não são compreendidas objetivamente quando elas se apresentam. Elas passam por transformações e co construções, mediadas pela intersubjetividade dos participantes, da equipe e da pesquisadora. Por este motivo, utilizou-se a Análise Temática Reflexiva (ATR) (Braun & Clarke, 2006; 2013; 2016; 2017), em suas possibilidades de abordagem tanto indutiva quanto dedutiva, sendo possível alcançar uma compreensão aprofundada do fenômeno.

Os desafios foram além da questão metodológica, pois o início da pesquisa foi feito durante a pandemia do coronavírus. A pandemia representou um acúmulo dos casos a serem atendidos no CEPAV, além de intensificar o uso de pornografia pelo isolamento social, estresse e solidão (Zattoni et al., 2021). Ademais, foi necessário o preparo psicológico, logístico e emocional da equipe para o grupo presencial, após o longo período da suspensão dos atendimentos grupais.

Os limites da pesquisa dizem respeito ao significado da palavra pornografia, que é no Brasil é utilizada tanto para designar conteúdos sexuais explícitos com a finalidade da excitação sexual, tanto para descrever a exposição de nudez nas mídias. Não foi possível estabelecer o

porque a pornografia influencia o cometimento do abuso sexual, visto que essa seria uma explicação linear para o fenômeno. No entanto, pode-se avançar em compreender o *como* a pornografia influencia. As limitações também se referem ao tipo de pesquisa realizada em contexto de intervenção, no qual há menor possibilidade de escolha e aplicação de outros métodos.

Esta pesquisa traz o que é obscuro – a pornografia –, para o mundo das relações, situando o tamanho, a qualidade, o valor, e a importância de olhar para o lugar que este elemento representa nas interações das famílias. Por esse motivo, retoma-se o título “O elefante na casa: Invisibilidade da pornografia no contexto do abuso sexual cometido por adolescentes”, visto que o presente estudo alcançou o recorte da família em relação ao cometimento de ofensa sexual associado ao consumo de pornografia. Entende-se que há uma urgência na regulamentação das plataformas digitais, pois atualmente a lei vigente (Lei nº 12.965, 2014) não regulamenta o uso das redes sociais, embora estabeleça a proteção à criança e adolescente no art. 29:

O usuário terá a opção de livre escolha na utilização de programa de computador em seu terminal para exercício do controle parental de conteúdo entendido por ele como impróprio a seus filhos menores, desde que respeitados os princípios desta Lei e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 12.965, 2014, p. 10).

Isto torna-se especialmente relevante em tempos de desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitam novas formas de abuso sexual, como a manipulação de imagens através da Inteligência Artificial, nas quais os rostos dos indivíduos podem ser usados em outros corpos (*deepfakes*) como produção de pornografia (Okolie, 2023). A possibilidade de criação de conteúdo pornográfico pela Inteligência Artificial e a produção de imagens pornográficas de crianças já é uma realidade no Brasil (Araújo, 2023). No ano de 2023 a questão da facilidade do acesso à pornografia por crianças e adolescentes foi discutida no Senado Federal. Neste

debate destaca-se a fala da delegada, apontada na matéria jornalística Agência Senado (2023), “Vemos aumento muito grande da quantidade de imagens de abuso sexual infantojuvenil circulando on-line no mundo inteiro. A gente percebe empiricamente que tem relação com o uso da pornografia”. Essa afirmação relaciona-se ao presente estudo, tendo em vista a compreensão da pornografia como um elemento facilitador para o cometimento de violência sexual.

Assim, a pornografia ultrapassa a barreira do individual e se interrelaciona com a sociedade, com a justiça e com a economia, pois essa é uma indústria bilionária (Rosen, 2022). Nesse sentido, torna-se menos eficaz trabalhar esta questão apenas individualmente com os adolescentes, sendo necessária a ampliação da responsabilidade para os grupos sociais e líderes do governo mundiais, para os continentes, países, estados e municípios, a fim de regulamentar o conteúdo exposto nas mídias, visando a segurança cibernética.

Portanto, contribui-se para o entendimento da existência de um lugar invisibilizado da pornografia dentro da vida dos adolescentes que cometem abuso sexual, que precisa se tornar visível para ser compreendido. Essa invisibilização contribui para a banalização da pornografia e da violência, para a precarização de políticas públicas, para o descuido com as famílias, aumento da desigualdade social e ocorrência de polivitimização. Como dito em um dos encontros pela equipe, “nem tudo que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado” (F. Jota, 25 de maio de 2023). O reconhecimento deste lugar é fundamental para que novas intervenções sejam planejadas e implementadas no contexto do atendimento psicossocial e integrado às políticas públicas de proteção aos adolescentes. Sendo assim, este estudo representa um avanço no entendimento sobre o circuito da violência e os elementos facilitadores para o cometimento do abuso sexual.

REFERÊNCIAS

- Almeida, P. A., Santos, G. M. F., & Figueiredo, Z. M. B. (2022). O impacto da pornografia na sexualidade dos consumidores - estado da literatura atual. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 33, 1007. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v33.1007>
- Alves, D. F. C., & Perez, D. K. (2021). Nos bastidores da indústria pornográfica: reflexos da pornografia e a importância da educação sexual. *Revista Psicologia e Transdisciplinaridade*, 1(1), 82-101. Recuperado de <https://periodicos.aprb.org/index.php/rpt/article/view/7/7>
- Agência Senado (2023, 13 de julho). Debatedores apontam facilidade de acesso de crianças a conteúdos pornográficos. *Agência Senado*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/13/debatedores-apontam-facilidade-de-acesso-de-criancas-a-conteudos-pornograficos>
- Amorim, M. S. C., Tavares, A. S., Wolff, L. dos S., & Costa, L. F. (2021). Violências familiar e social na vida do adulto autor de violência sexual. *Pensando Famílias*, 25(2), 176-194. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200013&lng=pt&tlng=pt.
- Araújo, A. D. S. (2023). *Os desafios no combate à pornografia infantil com o uso da inteligência artificial: um estudo sobre a necessidade de tipificação de imagens realistas no contexto brasileiro*. [Monografia, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28988>
- Ayub, P., & Silva, H. (2022). Jogos on-line: sobre presença e pertencimento. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(73), 27-40. <https://doi.org/10.38034/nps.v31i73.685>

- Ballester, L., Orte, C., & Pozo, R. (2019). Nueva pornografía y cambios en las relaciones interpersonales de adolescentes y jóvenes. *Vulnerabilidad y resistencia. Experiencias investigadoras en comercio sexual y prostitución*, 249-284. España: Universitat de les Illes Balears. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6888252>
- Bastos, K. R. P. & Costa, L. F. (2020). O adolescente autor de ofensa sexual: da denúncia à responsabilização jurídica. *Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2). <https://org.com.br/105433/2236-6407.2020v11n2p76>
- Bastos, K. R. P., Eusébio, A. M. L., Pereira, K. N. de A., Silva, T. O. S. da, & Costa, L. F. (2021). Características dos adolescentes ofensores sexuais e de suas vítimas: um estudo de processos judiciais. *Saúde e Sociedade*, 30(1), e181112. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181112>
- Baumel, C. P. C., Silva, P. O M., Guerra, V. M., Garcia, A., & Trindade, Z. A. (2019). Atitudes de jovens frente à pornografia e suas consequências. *Psico-USF*, 24(1), 131-144. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240111>.
- Bercht, G. (2021). Pedagogias da sexualidade e do gênero na era da pornografia on-line: pensando a partir das culturas juvenis. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 14(22). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22709>
- Borges, M. M. & Costa, L. F. (2020). Adolescentes ofensores sexuais atendidos em uma instituição de saúde do Centro-Oeste do Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 140-158. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i2p.140-158>
- Borges, M. M. (2022). *Adolescência e ofensa sexual: (in) visibilidade dos vínculos familiares*. Dialética.

- Borges, M. M., & Costa, L. F. (2023). Transgeracionalidade de adolescentes que praticaram ofensa sexual: estrutura familiar, lealdade, delegação. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32(75), 74-90. <https://www.doi.org/10.38034/nps.v32i75.689>
- Borges, R. O., & Borges, Z. N. (2018). Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, 23. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (1973). *Lealtades invisibles*. Harper & Row.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. SAGE Publications.
- Braun, V., & Clarke, V. (2016). (Mis)conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. *International Journal of Social Research Methodology*, 19(6), 739-743. <https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1195588>
- Braun, V., & Clarke, V. (2017). *Evaluating and reviewing TA research: A checklist for editors and reviewers*. The University of Auckland.
- Byrne, D. (2021). A worked example of Braun and Clarke's approach to reflexive thematic analysis. *Quality & Quantity*. <https://doi.org/10.1007/s11135-021-01182-y>
- Campos, E. C. P. (2006). *Do obsceno à cena*. Faculdade de Comunicação Social, [Monografia, Universidade Federal de Juiz de Fora] <https://www.ufjf.br/facom/ensino/graduacao/projetos-experimentais2/2005-2/>.
- Cardoso, D. T., & Beiras, A. (2022). Masculinidades, psicoterapia e construcionismo social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31(74), 52–68. <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.713>

- Carreiro, T. C. O. C. (2020). Reflexões sobre adolescências e a complexidade das comunidades de afeto no processo socioeducativo. *Sociedade e Estado*, 35. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010005>
- Cassiavillani, T., & Albrecht, M. P. S. (2023). Sex education: an analysis of brazilian legislation and official documents in different political contexts in *SciELO. Educação em Revista*, 39, e39794 <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469839794>
- Castro Alves, A. L. R., & Firmo, H. M. de S. (2020). Uma análise acerca do consumo de pornografia por adolescentes e os efeitos no desenvolvimento de sua sexualidade. *SEMPESq - Semana de Pesquisa da Unit - Alagoas*, 8. Recuperado de https://eventos.set.edu.br/al_sempesq/article/view/13922
- Chan, K. L. (2017). Family Polyvictimization and Elevated Levels of Addiction and Psychopathology Among Parents in a Chinese Household Sample. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(16), 2433-2452. <https://doi.org/10.1177/0886260515592617>
- Chung, C. H., Lin, I. J., Huang, Y. C., et al. (2023). The association between abused adults and substance abuse in Taiwan, 2000–2015. *BMC Psychiatry*, 23(1), 123. <https://doi.org/10.1186/s12888-023-04608-z>
- Cohen, D. (2023). Accès à la pornographie chez l'enfant et l'adolescent: conséquences et recommandations. *Bulletin de l'Académie Nationale de Médecine*, 207(4). <https://doi.org/10.1016/j.banm.2023.02.001>.
- Connell, R. W., & Pearse, R. (2015). *Gênero: Uma perspectiva global - Compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo*. (1ª. ed.). nVersos
- Conselho Federal de Psicologia (2020). *Resolução CFP nº 04/2020. Regulamenta serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologias da Informação Comunicação durante a pandemia do COVID-19*. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao->

[do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020](https://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf)

Conselho Nacional de Saúde – CNS (2012). Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Recuperado em 23 de novembro de 2023 de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Conselho Nacional de Saúde – CNS (2016). Diretrizes Éticas Específicas para as Ciências Humanas e Sociais. Recuperado em 23 de novembro de 2023 de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

Cosenza, T. R. dos S. B., Pereira, E. R., Silva, R. M. C. R. A., & Medeiros, A. Y. B. B. V. de. (2021). Challenges of Telepsychology in the context of online psychotherapeutic care during the COVID-19 pandemic. *Research, Society and Development*, 10(4), e52210414482. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14482>

Costa, B. N. D. S., & Fortunato-Costa, L. (2013). Perpetrador e vítima: o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 11(2), 633-645. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-695849>

Costa, L. F. (2022, 28 de maio). Possibilidades de intervenção diante das violências: um enfoque sistêmico para o trabalho psicossocial com a família, a vítima e o ofensor. [Aula do Curso Online – Estudos Avançados em Práticas Sistêmicas]. www.aprendervivo.online

Costa, L. F., & Lordello, S. R. (2021). Pesquisa com populações vulneráveis e em contexto de grande complexidade. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern (Eds.), *Estratégias Metodológicas de Pesquisa em Psicologia Clínica. Possibilidades e Avanços* (v. 6) (pp. 171-192). CRV. <https://orcid.org/10.24824/978652512468.1>

- Costa, L. F., & Penso, M. A. (2013). A percepção de profissionais sobre o atendimento a adolescentes ofensores sexuais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 227-240. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16i2p227-240>
- Costa, L. F., Almeida, T. M. C., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo Multifamiliar: Espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 21-30. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n1/a04v14n1.pdf>
- Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., & Stroher, L. M. C. (2013). As relações familiares do adolescente ofensor sexual. *Psico-USF*, 18(1), 33-44. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000100005>
- Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., & Ströher, L. M. C. (2015). Vítima? Algoz? Violências na vida familiar do adolescente que cometeu ofensa sexual. *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*, (2), 166-185. Recuperado de http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/psicologia_clinica_cultura_contemporanea_2.pdf
- Costa, L. F., Junqueira, E. L., Ribeiro, A. & Meneses, F. F. F. (2011). “Ministério da Obrigação adverte”: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 29(1), 33-46. Recuperado de <https://psycnet.apa.org/record/2011-19593-003>
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Conceição, M. I. G. (2015). *Manual de Grupos Multifamiliares*. Central de Produções Gráficas e Editora.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C. D., & Ribeiro, M. A. (2008). “A justiça é demorosa, burra e cega”: percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. *Boletim de Psicologia*, 58(128), 85-102. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432008000100007&script=sci_abstract

- Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., & Carreteiro, T. C. O. C. (2017).
Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual.
Psicologia: Ciência e Profissão, 37(4), 995–1010. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004722016>
- Costa, L. F., Ribeiro, A., & de Moura, M. G. (2012). Profissionais atendem adolescentes ofensores sexuais: da repulsa à esperança. *Diaphora*, 1(1), 58-69. Recuperado de <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/48/48>
- Costa, L. F., Ribeiro, A., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., & Ströher, L. M. C. (2012). Grupo multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais. *Psico*, 42(4). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10729-47242011000100004&lng=en&tlng=pt>.
- Costa, L. F.. (2011). Participação de famílias no Grupo Multifamiliar de adolescentes ofensores sexuais: vergonha e confiança. *Psicologia Clínica*, 23(1), 185–201. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100012>
- Couto, M. (2004). *O fio das missangas: contos*. Companhia das Letras.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (2ª. ed.). Penso Editora.
- de Carvalho, M. D. S., & de Queiroz, M. D. F. A. (2017). O eu em cena: o jogo no Psicodrama e os jogos eletrônicos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 25(1), 94-100. <http://dx.doi.org/10.15329/2318-0498.20170011>
- Destito Martín, B. (2023). *Capitalismo, pornografía e identidades binarias: una aproximación desde el trabajo social*. Facultat d'Educació Social i Treball Social Pere Tarrés.
- Dicionário Informal. (2009). Significado de "catiléia". *Dicionário Informal*. <https://www.dicionarioinformal.com.br/catil%C3%A9ia/>

- Domingues, D. F., & Costa, L. F. (2016). O adolescente em situação de ofensa sexual: proteção e responsabilização para evitar a reincidência. *Psicologia Política*, 16(35), 139-151. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n36/v16n36a02.pdf>
- dos Santos Wolff, L., Salzano de Oliveira, E., Magnabosco Marra, M., & Fortunato Costa, L. (2020). O recurso psicodramático na intervenção com o adulto autor de ofensa sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2), 58–68. Recuperado de <https://www.revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/269>
- Endrass, J., Urbaniok, F., Hammermeister, L. C., Benz, C., Elbert, T., Laubacher, A., & Rossegger, A. (2009). The consumption of internet child pornography and violent and sex offending. *BMC Psychiatry*, 9(1), 1-7. <https://doi.org/10.1186/1471-244X-9-43>
- Estêvão, C. M. P. V. (2015). *O impacto da emergência dos smartphones: um estudo de caso da Nokia e da Samsung* [Tese de Doutorado, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/81350>
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2010). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência* (9ª ed.). Papirus.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2015). Desenvolvendo práticas colaborativas no contexto das [políticas públicas, com a aplicação da metodologia de atendimento sistêmico](#). *Nova Perspectiva Sistêmica*, 24(51), 7–24. Recuperado de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/171>
- Fernando e Sorocaba. (2009). É Tenso. *No Álbum Acústico na Ópera de Arame* [CD]. Som Livre.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007). Poly-victimization: a neglected component in child victimization. *Child Abuse & Neglect*, 31(1), 7-26. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.06.008>

Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H., & Hamby, S. (2015). A revised inventory of adverse childhood experiences. *Child Abuse & Neglect*, 48, 13-21. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.07.011>

Finkelhor, D., Turner, H. A., Shattuck, A., & Hamby, S. L. (2015). Prevalence of childhood exposure to violence, crime, and abuse: Results from the national survey of children's exposure to violence. *JAMA Pediatrics*, 169(8), 746-754.

<https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2015.0676>

Fishman, H. C. (1989). *Tratamiento de adolescentes con problemas*. (1ª. ed.). Paidós.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5. ed). Atlas.

Gonçalves, M. K., & Azambuja, L. S. (2021). Onde termina o uso recreativo e inicia a dependência de jogos eletrônicos: uma revisão da literatura. *Aletheia*, 54(1), 146-155.

<https://dx.doi.org/DOI10.29327/226091.54.1-16>

González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação*. (1ª. ed.). Thomson.

Goulet, J. A. S., & Tardif, M. (2018). Exploring sexuality profiles of adolescents who have engaged in sexual abuse and their link to delinquency and offense characteristics.

Child Abuse & Neglect, 82, 112-123. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.05.023>

Guerra, C., Pereda, N., Guilera, G., & Abad, J. (2016). Internalizing symptoms and polyvictimization in a clinical sample of adolescents: The roles of social support and non-productive coping strategies. *Child Abuse & Neglect*, 54, 57-65.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.03.004>.

Guerra, V. M., Scarpati, A. S., Brasil, J. A., do Livramento, A. M., & da Silva, C. V. (2015). Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra. *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 72-88. <https://dx.doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2015.14840>

- Guggisberg, M. (2020). Sexually explicit video games and online pornography – The promotion of sexual violence: A critical commentary. *Aggression and Violent Behavior, 53*, 101432. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101432>
- Hanseder, S., & Dantas, J. A. (2023). Males' lived experience with self-perceived pornography addiction: a qualitative study of problematic porn use. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 20*(2), 1497. <https://doi.org/10.3390/ijerph20021497>
- Jhe, G. B., Addison, J., Lin, J., & Pluhar, E. (2023). Pornography use among adolescents and the role of primary care. *Family Medicine and Community Health, 11*(1), e001776. <https://doi.org/10.1136/fmch-2022-001776>
- Karakuş, C., & Göncü-Köse, A. (2023). Relationships of domestic violence with bullying, silencing-the-self, resilience, and self-efficacy: Moderating roles of stress-coping strategies. *Current Psychology, 42*(16), 13913-13926. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-02726-7>
- Klebanov, B., Tsur, N., & Katz, C. (2023). " Many bad things had been happening to me": children's perceptions and experiences of polyvictimization in the context of child physical abuse. *Child Abuse & Neglect, 145*, 106429. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106429>
- Kohut, T., Balzarini, R. N., Fisher, W. A., Grubbs, J. B., Campbell, L., & Prause, N. (2020). Surveying pornography use: A shaky science resting on poor measurement foundations. *The Journal of Sex Research, 57*(6), 722-742. DOI: <https://doi.org/10.1080/00224499.2019.1695244>
- Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de investigaciones UNAD, 14*(2), 55-73. Recuperado de

https://www.researchgate.net/publication/318353446_La_investigacion_documental_sobre_la_investigacion_cualitativa_conceptos_y_caracterizacion/fulltext/59658281aca27227d78c662c/La-investigacion-documental-sobre-la-investigacion-cualitativa-conceptos-y-caracterizacion.pdf.

Lawrence, T. I., Mcfield, A. A., Byrne, M. M., et al. (2023). Depression and Substance Use as Consequences of Exposure to Family Violence: A Moderation Mediation and Self-Medication Hypothesis Study. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 16(1), 69-79.

<https://doi.org/10.1007/s40653-022-00464-3>

Lei nº 8.079, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

Li, D., & Liu, Y. (2023). Professional identity development of international counseling doctoral students: A hybrid approach of deductive and inductive thematic analysis. *Counselor Education and Supervision*. 62(3). <https://doi.org/10.1002/ceas.12273>

Lichy, J., McLeay, F., Burdfield, C., & Matthias, O. (2023). Understanding pre-teen consumers social media engagement. *International Journal of Consumer Studies*, 47(1), 202-215. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12821>

Magnabosco Marra, M., & Fortunato Costa, L. (2018). Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 459-475. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3564>

McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e Intervenção Familiar*. (3. ed.). Artmed.

- Mellor, E., & Duff, S. (2019). The use of pornography and the relationship between pornography exposure and sexual offending in males: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior, 46*. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.003>.
- Mennig, M., Kessler, A., Stein, T., Tennie, S., Rief, W., & Barke, A. (2023). Development of an instrument to assess expectations for the use of online gaming, social networking sites, and online pornography: the marburg internet use expectations (minus-x) questionnaire. *International Journal of Mental Health Addiction*. <https://doi.org/10.1007/s11469-022-00960-5>
- Merlyn, M. F., Jayo, L., Ortiz, D., & Moreta-Herrera, R. (2020). Consumo de pornografía y su impacto en actitudes y conductas en estudiantes universitarios ecuatorianos. *Revista Psicodebate: Psicología, Cultura y Sociedad, 20*(2), 59-76. <https://dx.doi.org/10.18682/pd.v20i2.1871>
- Mestre-Bach, G., Potenza, M.N. Loneliness, Pornography Use, Problematic Pornography Use, and Compulsive Sexual Behavior. *Curr Addict Rep* (2023). <https://doi.org/10.1007/s40429-023-00516-0>
- Minuchin, S. (1990). *Familias: funcionamiento e tratamiento*. Artes Médicas.
- Miranda, J. K., Olivares, N., & Crockett, M. A. (2023). Growing Up with Intimate Partner Violence at Home: Adolescents' Narratives on Their Coping Strategies. *Journal of Family Violence, 38*(1), 105-116. <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00345-7>
- Munk, S., & Azul, J. (2022). *El consumo de la pornografía en jóvenes y su impacto en la salud mental* [Doctoral Dissertation, Universidad de Belgrano-Facultad de Humanidades-Licenciatura en Psicología]. <http://repositorio.ub.edu.ar/handle/123456789/9800>
- Muraro, C. (2018, 17 de Maio). 22 milhões de brasileiros assumem consumir pornografia e 76% são homens, diz pesquisa. *Portal de Notícias G1*. <https://g1.globo.com/pop->

[arte/noticia/22-milhoes-de-brasileiros-assumem-consumir-pornografia-e-76-sao-homens-diz-pesquisa.ghtml](#)

Neres, E. D. A. (2018). *A produção da masculinidade no ensino fundamental*. Encontro Paraense d@s Estudantes de Pedagogia.

Nogueira, R. N. (2020). *Distorções cognitivas de ofensores sexuais em interação grupal e familiar* [Dissertação Mestrado, Universidade de Brasília].

<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/39412>

Okolie, C. (2023). Artificial Intelligence-Altered Videos (Deepfakes), Image-Based Sexual Abuse, and Data Privacy Concerns. *Journal of International Women's Studies*, 25(2), 11. Available at: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol25/iss2/11>

Oliveira, F. (2023, 21 de setembro). Vídeo! MC Pipokinha grava novo clipe polêmico; assessoria explica. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/colunas/fabia-oliveira/video-mc-pipokinha-grava-novo-clipe-polemico-assessoria-explica>

OMS Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS, 380.

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>

OPAS. (s.d). *Histórico da pandemia de COVID-19*.

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>.

Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Said, A. P., & Williams, L. C. de A. (2019). Boy sexual victimization: Characteristics of family configuration and of the offender. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35428. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35428>

- Penso, M. A., Costa, L. F., Conceição, M. I. G., & Carreteiro, T. C. O. C. (2013). As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional social e de natureza sexual. *Revista Interações*, 9(25). <https://doi.org/10.25755/int.2856>
- Piccardi, L., Burrari, J., Palmiero, M., Quagliari, A., Lausi, G., Cordellieri, P., & Mari, E. (2023). A cross-sectional study of gender role adherence, moral disengagement mechanisms and online vulnerability in adolescents. *Heliyon*, 9(8). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e18910>
- Pinheiro, E. B., Faria, F. L., & Orlandi, R. (2022). O ensino de química voltado à educação sexual e ambiental a partir da temática dos anticoncepcionais. *Revista Debates em Ensino de Química*, 8(1), 39-55. <https://dx.doi.org/10.53003/redequim.v8i1.5024>
- Pires, A. R., & Almeida, T. C. (2023). Risk factors of poly-victimization and the impact on delinquency in youth: A systematic review. *Crime & Delinquency*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/00111287221148656>
- Pornhub Insights. *The 2022 Year in Review*. <https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review#traffic> [Accessed 14 Feb 2023].
- Proudfoot, K. (2023). Inductive/Deductive Hybrid Thematic Analysis in Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*, 17(3), 308-326. <https://doi.org/10.1177/15586898221126816>
- Raposo, B. V. (2019). *Regulação emocional, relações interpessoais e problemas de internalização na adolescência: o papel mediador do bem-estar*. [Dissertação mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. <http://hdl.handle.net/10400.14/28174>
- Reichert, A. M., & Krindges, C. A. (2019). Mulheres vítimas de violência física na infância e as repercussões na maternidade na idade adulta. *Contextos Clínicos*, 12(2), 431-450. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.122.03>

- Ribeiro, A. P., Oliveira, G. L., Silva, L. S., & Souza, E. R. de. (2020). Saúde e segurança de profissionais de saúde no atendimento a pacientes no contexto da pandemia de Covid-19: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45, e25.
<https://doi.org/10.1590/2317-6369000013920>
- Rivera, R., Santos, D., Cabrera, V., & Docal, M. C. (2016). Consumo de pornografia on-line y off-line en adolescentes colombianos. *Comunicar: Revista Científica Iberoamericana de Comunicación y Educación* 46(1), 37-45.
<https://www.torrossa.com/en/resources/an/3096916#>
- Rodriguez, S. S. (2019). Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. *Revista Diversidade e Educação*, 7(2), 276-291. <https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9291>
- Rogers, C. R. (2017). *Tornar-se pessoa*. (5. ed). Martins Fontes.
- Rosen, D. (2022) Pornography and the erotic phantasmagoria. *Sexuality & Culture*, 27, 242-265. <https://doi.org/10.1007/s12119-022-10011-9>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista De Enfermagem*, 20(2), v–vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Said, A. P. (2021). *Polivitimização de meninos abusados sexualmente: vítimas, familiares e profissionais*. [Tese doutorado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/43097>
- Santos, G. S. D., Queiroz, A. B. A., Tura, L. F. R., Penna, L. H. G., Parmejiani, E. P., & Pinto, C. B. (2021). Representações sociais de adolescentes sobre sexualidade na internet. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 55. <https://doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2020-0488>
- Santos, S. A. L. D., Dieder, J. A., Goulart Dullius, R., & Sanfelice, G. R. (2021). “Isso é Cris Ronaldo”: Representações de masculinidade na Copa do Mundo do Jornal Folha de

São Paulo. *Educación Física y Ciencia*, 23(1), 163-163. Recuperado de

<http://hdl.handle.net/10183/224544>

Secretaria de Economia do Distrito Federal. (2021). *Perfil, Atribuições e Percepções dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal – Meio Aberto*.

[https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Perfil-](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Perfil-Atribuicoes-e-Percepcoes-dos-Profissionais-do-Sistema-Socioeducativo-do-Distrito-Federal-Meio-Aberto.pdf)

[Atribuicoes-e-Percepcoes-dos-Profissionais-do-Sistema-Socioeducativo-do-Distrito-Federal-Meio-Aberto.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Perfil-Atribuicoes-e-Percepcoes-dos-Profissionais-do-Sistema-Socioeducativo-do-Distrito-Federal-Meio-Aberto.pdf)

Semenzin, S., & Bainotti, L. (2020). The use of telegram for non-consensual dissemination of intimate images: gendered affordances and the construction of masculinities. *Social Media + Society*, 6(4). <https://doi.org/10.1177/2056305120984453>

Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136(4), 526–575. <https://doi.org/10.1037/a0019700>

Sharpe, M., & Mead, D. (2021). Problematic pornography use: Legal and health policy considerations. *Current Addiction Reports*, 8(4), 556–567.

<https://doi.org/10.1007/s40429-021-00390-8>

Short, M. B., Black, L., Smith, A. H., Wetterneck, C. T., & Wells, D. E. (2012). A review of Internet pornography use research: Methodology and content from the past 10 years. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 15(1), 13-23.

<https://doi.org/10.1089/cyber.2010.0477>

Silva, A. C. G., Fernandez, L. M. M., Sousa, R. C. G., Pereira, V. M., Tavares, A. S., & Costa, L. F. (2021). Avaliação de reincidência de ofensa sexual cometida por adolescentes de 16-18 anos. *Desidades*, 31, 188-205. Recuperado de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000300012&lng=pt&tlng=.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000300012&lng=pt&tlng=)

- Silva, L. F., & Ponciano, E. L. T. (2022). Estresse, coping e bem-estar na conjugalidade e na parentalidade: uma revisão narrativa. *Revista Pensando Famílias*, 26(1).
<https://pensandofamilias.domusterapia.com.br/index.php/files/article/view/11>
- Singh, S., Lai, C. H., Iderus, N. H. M., Ghazali, S. M., Ahmad, L. C. R. Q., Cheng, L. M., Nadzri, M. N., et al. (2023). Prevalence and Determinants of Depressive Symptoms among Young Adolescents in Malaysia: A Cross-Sectional Study. *Children*, 10(1), 141. <http://dx.doi.org/10.3390/children10010141>
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67.
<http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>
- Souza, S. C. da S., Amorim, G. M., Torres, J. M. M. L., Campos, G. S., Dourado, D. L. T. M., Lopes, E. B., Bragança, P. K. C. F., Prata, C. A., & Ferreira, M. dos S. (2023). Análise do Consumo de Pornografia em uma Amostra da População Brasileira Como Base Para Educação Sexual. *Revista Contemporânea*, 3(10), 19173–19190.
<https://doi.org/10.56083/RCV3N10-136>
- Tavares, A. S., & Montenegro, N. M. e S. (2019). Intervenção psicossocial com adolescentes que cometeram ofensa sexual e suas famílias: o grupo multifamiliar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(64), 82–104. <https://doi.org/10.38034/nps.v28i64.500>
- Tavares, A. S., Costa, L. F., & Moreira, D. L. (2021). Ofensa sexual cometida por adolescentes/jovens adultos. *Aletheia*, 54(2), 82-94.
<https://dx.doi.org/10.29327/226091.54.2-8>
- Vera-Gray, F., McGlynn, C., Kureshi, I., & Butterby, K. (2021). Sexual violence as a sexual script in mainstream online pornography. *The British Journal of Criminology*, 61(5), 1243-1260. <https://doi.org/10.1093/bjc/azab035>

- Vidal, G. P., Lopes, R. A. G., & Santos, K. (2021). *Não sou Criança e nem Adulto, Quem sou Eu? Psicoterapia Psicodramática com Adolescentes*. (1. ed.). Appris.
- Williams, L. (2012). Screening sex: revelando e dissimulando o sexo. *Cadernos Pagu*, 13-51.
Recuperado de
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/gfqBvnSBdCymnQbtZVB3hXS/?format=pdf&lang=pt>
- Wolfe, D. A. (2018). Why Polyvictimization Matters. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(5), 832-837. <https://doi.org/10.1177/0886260517752215>
- Yang, S., & Zhu, X. (2023). How does problematic internet use influence chinese rural adolescent externalizing problem behaviors? the mediating role of mental health and the moderating role of parental knowledge. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 20(3), 2162. <https://doi.org/10.3390/ijerph20032162>
- Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V., & Gomes, T. (2011). Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. *Caderno Espaço Feminino*, 23(1/2). Recuperado de
<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7615>
- Zanello, V., Richwin, I. F., & Baére, F., (2022). Memes machistas em tempos de pandemia. *Cadernos do CEAM*, 3(38), 116-133.
<https://ceam.cdtc.unb.br/index.php/producao/cadernos-do-ceam-pg1/>
- Zattoni, F., Gül, M., Soligo, M., Morlacco, A., Motterle, G., Collavino, J., & Moro, F. D. (2021). The impact of COVID-19 pandemic on pornography habits: a global analysis of Google Trends. *International journal of impotence research*, 33(8), 824-831.
<https://doi.org/10.1038/s41443-020-00380-w>

ANEXO 1

1ª Sessão

Tema/Objetivo: proteção e rede de proteção “eu devo proteger outras crianças, mas ainda preciso de proteção”.

As famílias são recepcionadas pela equipe e os crachás com os nomes são entregues, a lista de presença é assinada e os atestados de comparecimento são distribuídos conforme a necessidade. **1º Momento (40 minutos):** aquecimento com o cordão de notícias de barbante. Cada integrante fala o seu nome enquanto enrola o barbante no dedo, apresenta sua família e diz uma qualidade que possui. Ao final, a equipe explica o que é o GM e realiza o contrato verbal sobre o sigilo e condutas durante os encontros. **Dinâmica:** gato e rato. Um membro da equipe explica a dinâmica, que consiste em escolher um ou mais gatos e ratos. O grupo forma uma roda e dentro dela ficam os ratos, protegidos, e de fora da roda os gatos tentam entrar. Após três rodadas o grupo retorna e todos ficam sentados em roda para discussão sobre a rede de proteção simbolizada na intervenção. **2º Momento (90 minutos):** a equipe divide o grupo em três subgrupos (crianças, adolescentes e adultos). Subgrupo de crianças: Trabalhar o que significa ser protegido, através de desenhos, em uma situação hipotética de uma criança em perigo e outra em segurança. Colagem (pode ser em conjunto) com 2 cartazes – o da proteção e o da desproteção. Criança protegida versus criança em perigo. Materiais: cartolina ou papel pardo, revistas, tesouras, colas, canetinhas, lápis de cor, giz de cera, lápis e borracha. Subgrupo adolescentes: trabalhar a identidade do grupo de adolescentes. Metáfora da conexão com a internet para construir com o grupo a senha de acesso. “Todos estão aqui passaram por uma situação muito difícil que deu muito ruim para todo mundo à volta, como cada um se sentiu e com quem contou com ajuda para passar por este momento?”. Materiais: cartolina ou papel pardo, revistas, tesouras, colas, canetinhas, lápis de cor, giz de cera, lápis e borracha. Subgrupo dos pais: retomar a experiência do gato e rato e pedir que eles falem sobre a função essencial

dos pais que é a proteção. Pedir para eles falarem sobre os sentimentos em relação aos filhos, à denúncia, de estar no grupo em função dos filhos. Após isso, pedir para colocarem os sentimentos bons e memórias positivas em relação aos filhos. Treinar o elogio a partir do reconhecimento da característica positiva. Em seguida, com um guarda-chuva na mão, cada participante deverá dizer como se protege e protege o filho e quais as dificuldades estão tendo para exercer a proteção. Para finalizar, os pais devem entregar um coração para colocar os nomes dos filhos e no grupão entrega-los dizendo “filho você está no meu coração e sob a minha proteção”. **3º Momento:** apresentação dos subgrupos e ritual de finalização. Todos se posicionam em uma grande roda, com o guarda-chuva no centro, representando as instâncias de proteção (familiar, comunitária, justiça, saúde).

2ª Sessão

Tema/Objetivo: transgeracionalidade: “O que aprendemos sobre as histórias passadas de violências e o que queremos passar a diante”.

1º Momento (1h): aquecimento. Um profissional irá bater na porta da sala e será recebido por outro profissional. O personagem entrará na sala arrastando uma mala com objetos diversos. Ele abrirá a mala, escolherá um objeto e fará a conexão desse objeto com a sua família, com seu passado. Depois irá convidar os demais participantes para se aproximarem da mala, escolher um objeto cada, que lembre a história da sua família. Consigna: que objeto é esse e porque ele lembra minha família? **2º Momento (45 minutos):** construção do genograma. Apresentar como será feita a construção do genograma por cada família: Explicar que cada família se reunirá em torno de um cartaz onde vai encontrar o esboço do seu genograma. Lembrar que cada família será acompanhada por um profissional. Orientação das famílias no genograma: preferencialmente fazer o genograma em meia-lua, onde os cartazes fiquem um do lado do outro e as famílias possam interagir entre si. Estimular para que os adolescentes iniciem o trabalho. Lembrar: “tem mais alguém que vocês gostariam de incluir no genograma?”.

Identificar as relações: casais que brigam muito, tipos de violência, por onde a violência entrou na família, uso de álcool e/ou outras drogas, e boas relações. “O que está sendo repetido de geração em geração? E o que vocês já fizeram diferente?”. Cada pessoa deverá identificar onde o seu objeto se encaixa no genograma. Estimular a criação do nome da família. **3º Momento (40 minutos):** partilha no grupão. Se alguma família tiver dado nome, estimular para que ela compartilhe o nome e inicie falando sobre os aprendizados da família com a atividade. Auxiliar para que as famílias compartilhem os aprendizados sobre a transgeracionalidade da violência. “O que todas as famílias têm em comum?”. **4º Momento (20 minutos):** ritual de encerramento. Fala do profissional: o que nós podemos aprender com esse encontro hoje: “ninguém se livra da família nem apaga as histórias passadas. Nós sempre podemos aprender com as experiências para fazer diferente no futuro.”. Então, o profissional vai convidar uma família de cada vez para se levantar, e os adultos deverão para dizer às crianças e adolescentes: a) se deseja passar o objeto adiante; b) da história da minha família, eu não quero passar tais comportamentos, mas eu gostaria de passar esses outros. Encerrar em roda mãos dadas. O profissional fala sobre os aprendizados para interrupção das violências e proteção.

ANEXO II

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O adolescente que cometeu ofensa sexual: proteção, responsabilização e vínculos familiares

Pesquisador: MARIANA MIRANDA BORGES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66485717.0.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.054.880

Apresentação do Projeto:

Busca analisar os aspectos familiares e a trajetória sociojurídica de responsabilização do adolescente que cometeu ofensa sexual. A pesquisa será realizada por meio de dois eixos: responsabilização do adolescente ofensor sexual e a qualidade das relações familiares. No primeiro eixo será feita uma pesquisa documental referente aos processos judiciais relativos à violência sexual perpetrada por adolescentes no DF, nos anos de 2013 a 2017. A partir deste levantamento será analisado o perfil sociodemográfico e a relação do adolescente com o sistema de justiça. Após isto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com 05 (cinco) adolescentes com a finalidade de avaliar como o adolescente e a família vivenciaram a medida socioeducativa. No segundo eixo tem a intenção de avaliar a qualidade dos vínculos familiares através da observação do grupo multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais em um serviço de saúde do Distrito Federal e entrevista com 05 famílias participantes deste grupo. Destaca-se que na entrevista será escutado o adolescente que cometeu a ofensa sexual, a pessoa que sofreu a violência sexual e os familiares.

Objetivo da Pesquisa:

Descrever como ocorre o processo de responsabilização e aplicação de medida socioeducativa dos adolescentes ofensores sexuais; Identificar como o adolescente e seus familiares vivenciam o

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_jh@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.054.880

processo de responsabilização quando há aplicação de medida socioeducativa pelo Sistema de Justiça; Analisar a qualidade de vinculação afetiva do adolescente que cometeu ofensa sexual com a pessoa que sofreu a violência sexual e com os demais familiares; Identificar como os demais membros do sistema familiar vivenciam a ofensa sexual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos são indicados, e em geral, tal grupo selecionado já está recebendo tratamento terapêutico. A autora assume que, para aquelas/les que não estiverem em tratamento, ela se responsabiliza em oferecer apoio via Centro Atendimento e Estudos Psicológicos CAEP/UNB.

Benefício: este estudo poderá auxiliar a ciência a construir melhores estratégias de fortalecimento das famílias em situação de violência e a restauração dos vínculos familiares, bem como, no aprofundamento do conhecimento acerca do processo de responsabilização do adolescente que comete ofensa sexual por parte do Sistema de Justiça.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa está bem estruturada metodologicamente e oferece garantias para a não exposição das/os. participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados as resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/16

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_865459.pdf	20/03/2017 20:06:23		Aceito
Outros	carta_de_encaminhamento.pdf	20/03/2017 20:05:30	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/03/2017 19:49:15	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Curriculo_Karita.pdf	11/03/2017	MARIANA MIRANDA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_ih@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.054.880

Outros	Curriculo_Karita.pdf	00:10:18	BORGES	Aceito
Outros	Curriculo_Liana.pdf	11/03/2017 00:09:02	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_COMPP.pdf	11/03/2017 00:07:42	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Instrumentos.pdf	10/03/2017 23:28:13	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Curriculo_teste.pdf	10/03/2017 23:27:34	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	carta.pdf	10/03/2017 23:25:14	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_responsabilidade_pelo_uso_d e_documentos.pdf	10/03/2017 23:21:07	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E_ESCLARECIDO_i.pdf	10/03/2017 23:19:12	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_assENTIMENTO_LIVRE_ ESCLARECIDO_i.pdf	10/03/2017 23:18:51	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autoriza_eixol.pdf	10/03/2017 23:15:10	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	aceite_institucional.pdf	10/03/2017 23:14:55	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	20170213155016939.pdf	10/03/2017 23:13:47	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_teste.pdf	16/02/2017 22:34:33	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_ih@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.054.880

BRASILIA, 09 de Maio de 2017

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_ih@unb.br

ANEXO III

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O adolescente que cometeu ofensa sexual: proteção, responsabilização e vínculos familiares

Pesquisador: MARIANA MIRANDA BORGES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 66485717.0.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.245.222

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma emenda que propõe uma nova coleta de dados, conforme o Eixo II da pesquisa, acrescentando mais um objetivo secundário e ampliando o foco de análise: Identificar as condições de vulnerabilidade que podem influenciar adolescentes a cometerem ofensa sexual, na perspectiva que compreende os contextos pessoal, vida sexual, familiar e social/comunitário. Tal emenda não altera a essência do projeto inicial.

Objetivo da Pesquisa:

Descrever como ocorre o processo de responsabilização e aplicação de medida socioeducativa dos adolescentes ofensores sexuais; Identificar como o adolescente e seus familiares vivenciam o processo de responsabilização quando há aplicação de medida socioeducativa pelo Sistema de Justiça; Analisar a qualidade de vinculação afetiva do adolescente que cometeu ofensa sexual com a pessoa que sofreu a violência sexual e com os demais familiares; Identificar como os demais membros do sistema familiar vivenciam a ofensa sexual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos são indicados, e em geral, tal grupo selecionado já está recebendo tratamento terapêutico. A autora assume que, para aquelas/les que não estiverem em tratamento, ela se responsabiliza em oferecer apoio via Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP/UNB).

Benefício: este estudo poderá auxiliar a ciência a construir melhores estratégias de fortalecimento

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.245.222

das famílias em situação de violência e a restauração dos vínculos familiares, bem como, no aprofundamento do conhecimento acerca do processo de responsabilização do adolescente que comete ofensa sexual por parte do Sistema de Justiça.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa está bem estruturada metodologicamente e oferece garantias para a não exposição das/os participantes, como posto em parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados as resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1098386_E1.pdf	21/03/2019 15:44:24		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	aceite_institucional.jpg	04/04/2018 11:37:44	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	04/04/2018 11:34:40	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_teste.pdf	04/04/2018 10:42:34	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	carta_de_encaminhamento.pdf	20/03/2017 20:05:30	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/03/2017 19:49:15	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Curriculo_Karita.pdf	11/03/2017 00:10:18	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Curriculo_Liana.pdf	11/03/2017 00:09:02	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Instrumentos.pdf	10/03/2017 23:28:13	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Outros	Curriculo_teste.pdf	10/03/2017 23:27:34	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.245.222

Outros	carta.pdf	10/03/2017 23:25:14	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_responsabilidade_pelo_uso_d e_documentos.pdf	10/03/2017 23:21:07	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E_ESCLARECIDO_i.pdf	10/03/2017 23:19:12	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_assENTIMENTO_LIVRE_ ESCLARECIDO_i.pdf	10/03/2017 23:18:51	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autoriza_eixol.pdf	10/03/2017 23:15:10	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	aceite_institucional.pdf	10/03/2017 23:14:55	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	20170213155016939.pdf	10/03/2017 23:13:47	MARIANA MIRANDA BORGES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 04 de Abril de 2019

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

ANEXO IV



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
 Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
 Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência – NUPAV
 Programa Jasmim – HRAN

ACOLHIMENTO

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

D.N. ____/____/____ Idade: _____

Cor/Raça (autodeclarada): () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena

Gênero: () Mulher Cis () Homem Cis () Mulher Trans () Homem Trans () Travesti () Não-binário

Orientação Sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Assexual () Em desenvolvimento

Vínculo afetivo-sexual: () Não se aplica () Namoro () Reside com namorado (a)

Naturalidade: _____ Endereço: _____

_____ R.A./Cidade - UF: _____

Telefones/Recado (nome/vínculo): _____

E-mail: _____

Acompanhantes/ Responsáveis (abaixo de 18 anos): _____

1) Nome: _____ D.N. _____ Vínculo: _____

Telefones: _____ SES: _____

2) Nome: _____ D.N. _____ Vínculo: _____

Telefones: _____ SES: _____

Escolaridade: _____ Escola: _____

Situação ocupacional: () Estudante () Estagiário(a) () Outros _____

Procedência: () Espontânea () Encaminhamento. Instituição: _____

II - VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS:

Ficha de Notificação: () PAV _____ () Outro serviço _____

Datas das ocorrências das violências: _____

Tipificação da Violência: () Autor (a) de violência sexual

Sexual. Se sim, qual? () Assédio Sexual () Estupro () Exploração Sexual

() Física () Psicológica () Tortura () Patrimonial () Negligência () Abandono () Exploração do Trabalho

Em caso de violência sexual, foi realizada Profilaxia Pós-Exposição? () Sim () Não

Está sendo acompanhada em algum Centro de Referência de ISTs? () Sim () Não

Se sim, qual? _____

Meio da Agressão: () Força corporal () Enforcamento () Obj. contundente () Obj. perfuro-cortante

() Substância/Obj. quente () Envenenamento/Intoxicação () Arma de fogo () Ameaça () Sedução

Discorra sobre as situações e motivações de violência: _____

III – CONDIÇÕES DE SAÚDE:

Patologia/Deficiência/Transtorno/Cirurgia: () Não () Sim - Quais? _____

Realiza tratamento de saúde: () Não () Sim - Quais? Onde? _____

Medicações em uso: () Não () Sim - Quais? _____

Observações (internações psiquiátricas, deficiências/transtornos/diagnóstico)

Uso de álcool e/ou outras drogas: () Não () Sim – Quais? _____

IV – VIOLÊNCIAS AUTOPROVOCADAS:

Ficha de Notificação: () PAV _____ () Outro serviço _____

Ideação suicida (atual): () Não () Sim

Planejamento: () Não () Sim - Como? _____

Acesso ao método: () Não () Sim

Automutilações: () Não () Sim - Como? _____

Já tentou suicídio? () Não () Sim – Quantas vezes? Quando? Como? _____

Rede de apoio: () Não () Sim - Quem? _____

() **RISCO GRAVE** (se todos os pontos forem marcados): deve-se chamar alguém da família ou pessoa de confiança do paciente antes dele sair das dependências da Unidade; atentar para a necessidade de avaliação psiquiátrica de emergência, se indicado, internação. A família deve ser orientada a não deixá-lo sozinho, bem como retirar o acesso ao método ou a qualquer coisa que possa servir para o autoextermínio.

() **RISCO MODERADO** (não há planejamento): Deve-se orientar a família ou responsáveis, aumentar a intensidade do Plano Terapêutico e continuar avaliando.

() **RISCO LEVE** (apresenta a ideação e a intensidade é muito oscilante): Aumentar a intensidade do Plano Terapêutico.

V – CONDOTA/ ENCAMINHAMENTOS

Brasília, _____ de _____ de 20____.

 Nome do(a) servidor(a) e matrícula

 Nome do(a) servidor(a) e matrícula

ANEXO V



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
 Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
 Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
 NUPAV Programa Jasmim PAV/ HRAN

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nome/Nome Social:

D.N. ____/____/_____

2 – VIDA ESCOLAR/SOCIAL DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

Escola: () Pública () Particular () Não estuda Série/ Ano escolar: Turno: Houve
 abandono da escola: S () N () Repetência?

Motivo do abandono:

Apresenta alguma dificuldade: S () N () Qual área?

Relatório escolar: S () N () Data da solicitação:

Lazer/ Esporte preferido?

Grupo comunitário/ religioso:

3- COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome DN Vínculo Escol. Religião Trabalho Renda OBS

4 - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A família recebe algum auxílio/benefício? () Não () Sim - Quais? _____

() Bolsa família () BPC () Auxílio Doença () Auxílio Vulnerabilidade () Passe Livre () Seguro
 desemprego () Outros: _____ Valor R\$: _____

Situação habitacional: () Casa () Apartamento () Própria () Alugada – valor do aluguel: R\$ ____

() Cedida () Invasão () Financiada () Outros _____

Quantidade de Cômodos: () Quarto () Sala () Cozinha () Banheiro () Outros: _____

Cômodos com porta: () Sim () Não – Quais? _____

Cama: () Privativa () Compartilhada Com quem:

_____ Quarto: () Privativo () Compartilhado Com
 quem: _____

Existem outras moradias no mesmo lote? S () N ()

Obs: _____



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
 Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
 Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
 NUPAV Programa Jasmim PAV/ HRAN

5 – DINÂMICA FAMILIAR

Perfil da família, figura de referência, regras da família, com quem a família pode contar, lazer na família

6 – ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE

Quem aborda esses temas na família? _____

Como é realizada essa conversa? _____

A criança/adolescente tem abertura para perguntar e falar sobre sexualidade? _____

O que é permitido? _____

O que é proibido? _____

Em caso de adolescente ofensor (a) sexual:

Como você vivencia a sua sexualidade? (parceiros, masturbação, autocuidado, profissionais do sexo).

Já teve ou tem excitação sexual por crianças e/ou adolescentes? () sim () não.

Gênero: _____ Idade: _____ Em que momentos isso ocorre/ocorreu? _____

7– HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA

(Descrição da situação, data de ocorrência, alterações de comportamento, situação de vulnerabilidade/risco, medidas protetivas, repercussões da violência, outras situações de violência na família)



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
 Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
 Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
 NUPAV Programa Jasmim PAV/ HRAN

8 – INFORMAÇÕES DOS ENVOLVIDOS

Em caso de vítima

Vínculo: _____
 Nome do(a) autor(a): _____ Idade: ____ Gênero: _____
 O(A) autor(a) mora(va) na casa da vítima? () Sim () Não
 Mantém contato com o(a) autor(a)? () Sim () Não
 O(A) autor(a) estava sob efeito de álcool no momento da violência? () Sim () Não
 E outras drogas? () Não () Sim Quais? _____
 Situação atual do autor(a) _____

Em caso de adolescente ofensor (a) sexual:

Vínculo: _____
 Nome do(a) autor(a): _____ Idade: ____ Gênero: _____
 A vítima mora(va) na casa do autor (a)? () Sim () Não
 Mantém contato com a vítima? () Sim () Não
 Estava sob efeito de álcool/drogas no momento da violência? S () N ()
 Qual? _____
 A vítima estava sob efeito de álcool no momento da violência? () Sim () Não
 E outras drogas? () Não () Sim Quais? _____
 Houve ameaça/ uso de armas durante a violência sexual? S () N () _____
 Situação atual da vítima: _____
 Aspectos familiares da vítima: _____
 Quais os sentimentos que vem à tona quando você lembra da acusação de violência sexual?

9- PROCESSO DE PROTEÇÃO/ RESPONSABILIZAÇÃO:

Para quem revelou? _____ Acreditou: () S () N
 Procurou ajuda? _____ Foi denunciado? _____
 Onde foi denunciado? _____ Quem denunciou? _____
 Medida Protetiva? () Sim () Não Quais? _____

 Medida socioeducativa? S () N () Qual? _____
 Já recebeu outra medida socioeducativa? _____
 Andamento judicial _____
 Julgamento e sentença: _____
 Órgãos já acionados: () Conselho Tutelar: _____ () Delegacias _____ () IML ()
 Ministério Público () VIJ () Defensoria Pública _____ ()
 Centro Integrado 18 de Maio () PAV _____ () CREAS () Pró Vítima ()
 Outro _____ O que mudou na sua vida após ser acusado?
 E com relação às crianças? _____
 Atendimento em saúde relacionados às violências: () não () sim - quais?



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
NUPAV Programa Jasmim PAV/ HRAN

10- EXPECTATIVAS:

O que você espera deste atendimento?

Página 3 de 7

11- AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL:

12- INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS / ENCAMINHAMENTOS:

Brasília, _____ de _____ de 20____.

Nome do (a) servidor(a) e matrícula

Nome do(a) servidor(a) e matrícula



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
NUPAV **Programa Jasmim PAV/ HRAN**

GENOGRAMA (Data: __/__/__.)



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
NUPAV **Programa Jasmim PAV/ HRAN**

ECOMAPA (Data: __/__/__.)



Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
Superintendência da Região de Saúde Centro Norte – SRSCE
Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência –
NUPAV **Programa Jasmim PAV/ HRAN**

LINHA DA VIDA (Data: __/__/__)